

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAQUEL DE FREITAS BICCA

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL CUBANA
A PARTIR DAS RELAÇÕES COM O CARIBE (1959-2016).**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2017

RAQUEL DE FREITAS BICCA

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL CUBANA
A PARTIR DAS RELAÇÕES COM O CARIBE (1959-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Rafael Balardim

SANTANA DO LIVRAMENTO

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo autor através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

327.72

B583

Bicca, Raquel de Freitas.

A Inserção Internacional Cubana a partir das relações com o Caribe (1959-2016). / Raquel de Freitas Bicca. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2017.

xv, 63f.: 9 il : 29,7 cm.

Orientador: Rafael Balardim

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2017.

1. Política Externa Cubana. 2. Relações Cuba-Caribe. 3. Cuba-Caribe; 4. Integração; 5. Cooperação Sul-Sul – Monografia I. Balardim, Rafael. II. Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações Internacionais, 2017. III. A Inserção Internacional Cubana a partir das relações com o Caribe (1959-2016).

RAQUEL DE FREITAS BICCA

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL CUBANA
A PARTIR DAS RELAÇÕES COM O CARIBE (1959-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais pela Universidade Federal do
Pampa - UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Rafael Balardim
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr.^a. Rafael Vitória Schmidt
(UNIPAMPA)

Prof. Dr.^a. Fábio Régio Bento
(UNIPAMPA)

Aos meus pais e ao meu avô Renato Augusto Rillo
Bicca (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha amiga Rafaela Afonso Mitidieri (*in memoriam*) pois, sem ela, essa caminhada nunca teria se iniciado. Serei eternamente grata por tudo que foste e sempre será para mim e por tudo que representaste em minha vida, estarás sempre na minha memória e no meu coração.

Aos meus pais Kátia e Rui, agradeço por tornarem esse sonho possível, obrigada por não medirem esforços para que eu realizasse meus sonhos. Obrigada por todo o apoio, carinho e dedicação, sem vocês ao meu lado nada seria possível. A minha irmã Renata, agradeço por toda a cumplicidade, carinho e amor. Obrigada por estar sempre ao meu lado e pelo nosso maior presente, Heitor.

As minhas avós Nely e Árima e meu avô Antônio Paulo, vocês são meus maiores exemplos de vida, obrigada por todos os carinhos, abraços e conselhos que me acalmavam nos momentos mais difíceis. As minhas primas Nathalie e Thainara, eu não sei o que seria da minha vida sem vocês, obrigada por todos os conselhos e por me entenderem e apoiarem sempre.

Aos queridos Júlio César e Regina Amaral, muito obrigada por me acolherem e tornarem mais fácil aguentar a saudade de casa. Obrigada por me permitirem fazer parte da vida de vocês e por se tornarem minha família.

Ao meu orientador, Prof. Dr^a. Rafael Balardim, que aceitou me guiar nesse trabalho e me atendeu sempre que precisei. Muito obrigada por incitar minha vontade em pesquisar sobre Cuba e me apaixonar por esse país e sua história.

Aos demais professores da UNIPAMPA, que ao longo dos anos foram de extrema importância em minha vida e que constroem um excelente curso de Relações Internacionais, em especial aos professores Rafael Schmidt; Flavio Lira; Nathaly Xavier; Kamilla Rizzi; Renatho Costa; Fábio Bento e Anna Carletti.

Aos amigos incríveis que tive a oportunidade de conviver durante esses anos, Amanda Moreno, Fabiano Fialho, Yuan Baltazar, Fernando Rieger, Lidiane Ayang, Gustavo Rodrigues, Aruanã Emiliano, Thaísa Bravo-Valenzuela, Yesa Portela, Alessandra Gallon, entre tantos outros. Muito obrigada por todos os momentos inesquecíveis que me proporcionaram.

As queridas amigas Diulia Rosso, Cíntia Lemes e Eduarda Apoitia, obrigada por me acompanharem durante esses anos, pela amizade incondicional, o apoio e compreensão de vocês. Obrigada por cada momento e conselho compartilhado.

A minha melhor amiga Carolina Amaral, eu não tenho como expressar minha gratidão a tudo que sempre fizeste por mim. Obrigada por tornar esses anos longe de casa mais fáceis e uma das melhores experiências da minha vida, obrigada por estar sempre comigo, por todos os momentos e por não me deixar desistir nunca. Sem você nada disso seria possível, obrigada por se tornar minha amiga e minha irmã.

“Y están contigo porque representas
todo el honor de nuestra lucha larga
y si cayera Cuba caeríamos,
y vendríamos para levantarla,
y si florece con todas sus flores
florece con nuestra propia savia.
Y si se atreven a tocar la frente
de Cuba por tus manos libertada
encontrarán los puños de los pueblos,
sacaremos las armas enterradas:
la sangre y el orgullo acudirán
a defender a Cuba bienamada.” Poema “A
FIDEL CASTRO” de Pablo Neruda, 1960

RESUMO

Este trabalho possui o objetivo de analisar as relações entre Cuba e os Países do Caribe, por meio dos processos de integração e acordos bilaterais. Essas relações se caracterizam por cooperação sul-sul, além do soft power exercido por Cuba por meio de uma diplomacia social nos países do Caribe, pela exportação de questões relacionadas à saúde, esporte, educação, entre outros. Essas relações se intensificam com o fim da União Soviética e da Guerra Fria, ocasionando assim a perda do principal parceiro econômico, comercial e militar de Cuba, o que acarreta em uma crise interna e externa. Assim, a partir do início dos anos 1990, essa começa a intensificar suas relações com demais países do sistema internacional, sendo os países do Caribe uma de suas primeiras opções para tais relações devido à proximidade geográfica, histórica e cultural entre esses, além do fato de Cuba se caracterizar por um dos principais países da região. Essas relações se caracterizam pela criação de processos de integração, como a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Associação dos Estados do Caribe (AEC) em 1995, onde Cuba participa como Estado fundador, exercendo assim um papel significativo no desenvolvimento desses blocos integracionistas. No século XXI, tem-se a criação de outros grupos integracionistas entre Cuba e os países do Caribe, onde a Aliança Bolivariana para Nossa América-Tratados de Comércio para os Povos (ALBA-TCP) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) se caracterizam de extrema importância nas relações cubanas com o sistema internacional. Assim, por meio dessas relações a região caribenha influencia diretamente a inserção internacional e a manutenção cubana no sistema internacional.

Palavras-chave: Cuba; Caribe; Integração; Cooperação Sul-Sul.

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de analizar las relaciones entre Cuba y los países del Caribe, a través de los procesos de integración y acuerdos bilaterales. Estas relaciones se caracterizan por la cooperación sur-sur, además de la suave potencia ejercida por Cuba a través de una diplomacia social en los países del Caribe, por la exportación de cuestiones relacionadas con la salud, el deporte, la educación, entre otros. Estas relaciones se intensifican con el fin de la Unión Soviética y de la Guerra Fría, ocasionando así la pérdida del principal socio económico, comercial y militar de Cuba, lo que acarrea en una crisis interna y externa. Así, a partir de principios de los años 1990, ésta empieza a intensificar sus relaciones con otros países del sistema internacional, siendo los países del Caribe una de sus primeras opciones para tales relaciones debido a la proximidad geográfica, histórica y cultural entre estos, además del hecho de Cuba se caracteriza por uno de los principales países de la región. Estas relaciones se caracterizan por la creación de procesos de integración, como la Comunidad del Caribe (CARICOM) y la Asociación de Estados del Caribe (AEC) en 1995, donde Cuba participa como Estado fundador, ejerciendo así un papel significativo en el desarrollo de estos bloques integracionistas. En el siglo XXI se tiene la creación de otros grupos integracionistas entre Cuba y los países del Caribe, donde la Alianza Bolivariana para Nuestra América-Tratados de Comercio para los Pueblos (ALBA-TCP) y la Comunidad de los Estados Latinoamericanos y del Caribe (CELAC) se caracterizan de extrema importancia en las relaciones cubanas con el sistema internacional. Así, por medio de esas relaciones la región caribeña influye directamente en la inserción internacional y el mantenimiento cubano en el sistema internacional.

Palabras clave: Cuba; El Caribe; Integración; Cooperación Sur-Sur.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Países do Caribe.....	31
Mapa 2 – Comércio Exterior Cubano (1992-1996).....	36
Mapa 3 – Comércio Exterior Cubano (1997-2013).....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho da economia cubana, 1989-1995 (em milhões de pesos).....	59
Tabela 2: AEC: exportações por principais destinos, 1990-2001 (milhões de dólares correntes).....	61
Tabela 3: Comércio entre Cuba e Venezuela 2001-2013.....	62
Tabela 4: Intercambio comercial de mercancías por países seleccionados y áreas geográficas.....	63

LISTA DE SIGLAS

AEC -	Associação de Estados do Caribe
ALBA-TCP - os Povos	Aliança Bolivariana para a Nossa América-Tratados de Comércio para os Povos
ALCA -	Área de Livre Comércio das Américas
ALADI -	Associação Latino Americana de Integração
ALPRO -	Aliança para o Progresso
CALC -	Cúpula da América Latina e do Caribe
CAME -	Conselho Econômico de Ajuda Mútua
CARIBANK -	Banco de Desenvolvimento do Caribe
CARICOM -	Comunidade do Caribe
CARIFTA -	Associação de Livre Comércio do Caribe
CEE -	Comunidade Econômica Europeia
CELAC -	Comunidade de Estados Latino-americanos
CEPAL -	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIA -	Central Intelligence Agency
EUA -	Estados Unidos da América
MCC -	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
MNA -	Movimento dos Não-Alinhados
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OLAS -	Organização Latino-Americana de Solidariedade
OSPAAL - América Latina	Organización para la Solidariedad de los Pueblos de África, Ásia y América Latina

PIS - Plan Integral Salud
SIDA - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICA EXTERNA CUBANA	15
2.1 Revolução Cubana	15
2.2 Guerra Fria	19
2.1.1 Rompimento com Estados Unidos	19
2.2.2 Alinhamento com União Soviética	22
2.3 Pós Guerra Fria	26
2.3.1 Período Especial (1991-2000)	26
2.3.2 Século XXI e o Novo Socialismo	28
3 RELAÇÕES CUBA-CARIBE	31
3.1 Histórico das relações entre Cuba e o Caribe	32
3.2 O Período Especial e a Recuperação (1991-2000)	33
3.3 Os desafios do século XXI (2001-2016)	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5 REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Cubana se caracteriza como um dos principais acontecimentos do século XX, pois, essa ocorre como uma revolução de cunho nacionalista e anti-imperialista, em meio a Guerra Fria, em uma das regiões com maior influência norte-americana. Assim, pode-se concluir que nos primeiros anos da Revolução, a parceria com a União Soviética se torna de grande importância para a manutenção do sistema socialista adotado por Cuba.

Portanto, com a dissolução do bloco soviético, acreditava-se que o sistema cubano não resistiria, uma vez que essa perde seu principal parceiro comercial e militar. No entanto, a postura terceiro-mundista adotada por Cuba desde o triunfo da Revolução, fez com que essa atuasse fortemente nos países do Terceiro Mundo.

Assim, a política externa adotada por Cuba, foi decisiva para sua manutenção no sistema internacional, onde essa contribuiu de forma importante nos processos de descolonização afro-asiáticas. Na região caribenha, devido à proximidade geográfica, histórica e cultural, essa se caracteriza como a saída cubana para o resto do sistema internacional.

Ao longo dos anos, a política externa cubana se caracteriza pela sua atuação de forma a manutenção cubana no sistema internacional e ao não isolamento dessa, principalmente com o fim da URSS. Assim, a partir dos anos 1990 essa ocorre de forma integracionista, onde a ilha busca parcerias estratégicas e a sua incorporação em grupos de integração.

Os blocos integracionistas possuem um papel essencial na política cubana, uma vez que por meio desses, essa se relaciona com diversos países do sistema internacional, além de fortificar suas relações comerciais, principalmente com os países caribenhos.

Dessa forma, o tema central deste trabalho, que se caracteriza pela análise das relações de Cuba com os países caribenhos, se justifica, de modo a compreender as relações entre Cuba e os países do Caribe, a partir da importância da região para a inserção cubana no sistema internacional. Para tal compreensão, as relações bilaterais e a integração regional se mostram de grande importância, uma vez que Cuba após um longo período mantendo relações prioritariamente com a URSS, sofre uma grande mudança internacional com a dissolução do Bloco Socialista.

As relações com o Caribe a partir dos anos 1990 e principalmente no século XXI, por meio dos processos de integração, interferem de forma significativa na manutenção e inserção internacional cubana.

Nesse sentido, a justificativa da importância acadêmica deste trabalho, tem como principal argumento o fato de Cuba ainda encontrar dificuldades na inserção internacional, devido a fatores, como o sistema político adotado internamente diferir da grande maioria dos demais países, assim como o embargo econômico imposto pelos EUA. Este trabalho também se deve ao fato de haver uma pouca produção sobre o tema dentro da academia de relações internacionais, de forma que se faz necessária uma abordagem sobre a política externa cubana, de forma a compreender como a ilha consegue se manter com um sistema interno diferenciado da maioria dos países do sistema internacional, juntamente com o embargo econômico imposto pelos EUA.

Assim, busca-se compreender como a ilha se insere no sistema internacional e como as relações com o Caribe influenciam nessa inserção e na manutenção cubana internacionalmente. Nesse trabalho então, para compreender tais fatos, analisa-se no primeiro capítulo a política externa cubana, onde faz-se um apanhado desde a Revolução em 1959 até 2016, analisando as fases da política externa cubana e a construção das relações com os demais países do sistema internacional. No segundo capítulo, faz-se uma análise das relações entre Cuba e os países do Caribe, onde aborda-se desde a Revolução, até os dias atuais, analisando os períodos e a construção dessas relações, por meio de cooperação bilateral e processos de integração.

Nessa perspectiva então, o problema central da pesquisa é *de que forma Cuba utiliza as relações com os países caribenhos para impulsionar sua inserção internacional?*

A hipótese desse trabalho é que assim que assume a presidência, Raúl Castro tem como objetivo solucionar a crise econômica pela qual passa o país. Assim, promove mudanças na economia, possibilitando uma maior abertura para novos parceiros e inserção em blocos internacionais, promovendo também dessa forma uma mudança nas questões sociais do país. Em relação aos países do Caribe, Cuba exerce um soft power por meio de políticas de integração e de uma diplomacia social, o que ocasiona maior influência cubana sobre os países caribenhos, por meio de exportação de questões relacionadas à educação, saúde e esportes, por exemplo.

Portanto, a hipótese levantada é de que as relações entre Cuba e os países do Caribe, por meio de acordos, negociações e ações conjuntas, dentre outras metodologias, tanto na forma bilateral quanto por processos de integração, influenciam e possuem uma importância

significativa na inserção cubana no sistema internacional, uma vez que essa região, devido à proximidade geográfica e cultural, se caracteriza como foco inicial de Cuba para sua projeção internacional.

Assim, o objetivo central desse trabalho é *analisar como as relações bilaterais e por meio dos processos de integração entre Cuba e os países do Caribe, influenciam na inserção cubana no sistema internacional*, sendo os objetivos específicos:

- Analisar as relações entre Cuba e os países do Caribe.
- Analisar os processos de integração entre Cuba e os países do Caribe.
- Analisar a influência das relações entre Cuba e os países do Caribe para sua inserção internacional.

Para a execução da pesquisa, O método utilizado foi o dedutivo-hipotético, por meio da apuração das relações entre Cuba e os países do Caribe, de forma a compreender a importância dessa atual relação. Como o tema abordado é contemporâneo, foram utilizados documentos oficiais, tanto de Ministérios das Relações Exteriores dos países, quanto das Cúpulas e encontros entre esses, como também discursos oficiais. Portanto, foram utilizadas fontes primárias, a partir de documentos oficiais e fontes estatísticas e fontes secundárias, a partir de notícias e publicações sobre o tema.

2 POLÍTICA EXTERNA CUBANA

A política externa cubana, desde a Revolução em 1959, devido a busca de Cuba pela inserção internacional, passou por diversas fases ao longo dos anos. Logo após a Revolução, essa enfrenta dificuldades para se manter no sistema internacional devido as divergências com os EUA, levando então a uma maior aproximação cubana com a antiga URSS durante o período da Guerra Fria.

Com o fim da Guerra Fria, Cuba novamente enfrenta dificuldades no sistema internacional, pois, com a queda de seu maior aliado e a manutenção do embargo imposto pelos EUA, tem-se início uma crise interna em Cuba, o que leva conseqüentemente a uma crise externa. Assim, Cuba passa a modificar sua política externa e a buscar novos parceiros para sua estabilidade no sistema.

Esse capítulo então, tratará da política externa cubana, onde se fará uma explanação desde a Revolução Cubana até o governo de Raúl Castro, abrangendo assim seus conceitos, um histórico e suas relações na atualidade com os países do sistema internacional.

2.1 Revolução Cubana

Nessa seção, trataremos da Revolução Cubana e de suas conseqüências para as diretrizes e ações de Cuba ao longo dos anos seguintes. Para isso, faz-se necessário um histórico pré-revolucionário, logo trataremos da própria Revolução até o fim desta em 1959.

Em 1895, Cuba inicia a Guerra da Independência¹ contra a Espanha, no entanto apenas em 1898 com o início da Guerra Hiapânico-Americana, onde os EUA, principal parceiro comercial de Cuba, intervêm nessas relações de modo a garantir a independência cubana, tem-se a independência da ilha caribenha.

No entanto, após a descolonização, devido ao poderio militar, econômico e político dos EUA, esses passam a dominar Cuba de uma forma indireta, tornando-a assim uma neo-colônia. Assim, em 1899 os EUA instalam um comando militar na ilha, dando início oficialmente ao período neocolonial, com o apoio de setores da burguesia cubana. Nesse período de modo a

¹Guerra comandada pelo Partido Revolucionário Cubano, fundado por José Martí em 1892. Esse conflito possuía como objetivo a independência cubana e um projeto anti-imperialista em toda América Latina.

garantir sua soberania sobre a ilha, os EUA, constituem acordos de forma a regularizar assim a dependência cubana. Nesse período institui-se então, a Emenda Platt em 1901 e o Tratado de Reciprocidade Comercial em 1902, onde a Emenda Platt se caracteriza por uma emenda na constituição cubana, permitindo assim a interferência norte-americana em assuntos internos cubanos, além da instauração de bases militares em seu território. Já o Tratado de Reciprocidade Comercial, regulava as tarifas praticadas entre os países e permitia a interferência de capital dos EUA na indústria açucareira cubana. Assim, em 1903 tem-se a criação do Tratado Permanente entre Cuba e EUA, onde a partir desse, tem-se no mesmo ano a instalação da base naval norte-americana na Bahia de Guantánamo² (DUARTE, 2013).

Diante desses acordos, os EUA, tornam-se então o principal investidor em Cuba, onde esse detêm o monopólio da indústria açucareira, continuando assim a cultura da monocultura agrícola e conseqüentemente com a deterioração do solo e desmatamento cubano, tornando Cuba um importador de praticamente todos os bens necessários e exportador de um único produto.

“Essa relação dependente tinha um efeito *descapitalizador* para Cuba, pelo crescimento para fora, ou seja, servindo para a ampliação capitalista externa, através de uma estrutura monoprodutora e de grande dominação financeira, mantida graças à inserção imperialista no aparato produtivo, e com isso impedindo o próprio desenvolvimento.” (Duarte, 2013, p.22)

Assim, a produção cubana se voltava apenas para um produto, exportando esse unicamente para os EUA, dificultando portanto a diversificação de sua produção e conseqüentemente o crescimento do país, uma vez que os detentores de bens de produção se beneficiavam diretamente das negociações com os norte-americanos, enquanto os trabalhadores rurais sofriam com a alta exploração do trabalho e baixas condições financeiras. Essa desvalorização da mão de obra, juntamente com insatisfação e esclarecimento da classe trabalhadora, gera uma onda de criação de partidos

“Em 29 de março de 1899 Diego Vicente Tejera lança um manifesto contendo as ideias para fundação do *Partido Socialista Cubano* e meses depois o partido é fundado. Em 1904 é fundado o *Partido Obrero de Cuba*. Por iniciativa de Carlos Baliño, do movimento operário, em 1905 o Partido Obrero de Cuba se integra à Internacional Socialista e muda seu nome para *Partido Obrero Socialista*. Em 1906

² Devido ao contrato de arrendamento feito na ocupação do território, mesmo com o fim da Emenda Platt em 1934, a Bahia de Guantánamo, continua até os dias atuais sendo ocupada pelos EUA.

acontece a fusão do Partido Obrero Cubano e do Partido Socialista Internacional em *Partido Socialista de Cuba*.” (Duarte, 2013, p.25)

Assim, após a criação desses partidos, tem-se início uma onda revolucionária em Cuba, gerando uma série de revoltas e greves gerais, que acarretaram em grandes conquistas para os trabalhadores e conseqüentemente uma crise política no país, onde ocorreram constantes golpes à presidência. Assim, uma das principais conquistas de tais revoltas, se dá em 1933 com a revogação da Emenda Platt.

“Ramon Grau San Martin, no entanto, não se manteve por muito tempo na presidência. Convencido de que os Estados Unidos não lhe reconheceriam o governo, o coronel Batista, que como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas detinha de fato o poder, forçou-o a renunciar em 14 de janeiro de 1934 e colocou no cargo de presidente provisório de Cuba, ocupado durante dois dias pelo engenheiro Carlos Hevia, o coronel Carlos Mendieta, chefe da União Nacionalista. Em menos de uma semana, Roosevelt reconheceu-lhe o governo e com ele negociou não só um novo Tratado de Reciprocidade, como um novo Tratado de Relações, mediante o qual os Estados Unidos acordaram a ab-rogação da Platt Amendment, efetivando a doutrina de que nenhum Estado tinha o direito de intervir nos assuntos internos de outro, que a Conferência pan-americana de Montevideú, em fins de 1933, estabelecera, ao aprovar a Convenção de Direitos e Deveres dos Estados.” (Bandeira, 2009, p. 95)

No entanto, mesmo após o fim da Emenda Platt, os EUA continuam a intervir em questões internas cubanas, principalmente em questões políticas, onde em 1952 esses apoiam o golpe de Estado de Fulgêncio Batista, nas vésperas de eleições presidenciais. Essa ditadura levou Cuba a crises internas, o que acarretou em uma insatisfação popular e conseqüentemente a mobilização dos partidos socialistas. A frente de tais movimentos se destacava o Partido Ortodoxo, onde Fidel Castro liderava grande parte das ações (HARNECKER, 2000).

Assim, em 1952 tem-se início o movimento de assalto ao Quartel Moncada, como forma de tomar o poder do ditador Batista. Segundo Fidel:

“Compañeros:

Podrán vencer dentro de unas horas, o ser vencidos, pero de todas maneras, ¡óiganlo bien, compañeros!, de todas maneras este movimiento triunfará. Si vencen mañana, se hará más pronto lo que aspiró Martí. Si ocurriera lo contrario, el gesto servirá de ejemplo al pueblo de Cuba, a tomar la bandera y seguir adelante. El pueblo nos respaldará en Oriente y en toda la Isla. ¡Jóvenes del centenario del Apóstol, como en el 68 y en el 95, aquí, en Oriente damos el primer grito de LIBERTAD O MUERTE! Ya conocen ustedes el objetivo del plan. Sin duda alguna es peligrosa y todo el que salga conmigo de aquí esta noche debe hacerlo por su absoluta voluntad. Aún están a tiempo para decidirse. De todos modos, algunos tendrán que quedarse por falta de

armas. Los que estén determinados a ir den un paso al frente. La consigna es no matar, si no por última necesidad.”³

No entanto, a tentativa do assalto fracassou e os líderes do movimento presos, o que acabou por fortalecer o movimento a partir de maior participação popular, gerando assim em 1954, durante a prisão dos líderes do Quartel de Moncada, o Movimento 26 de Julho.

Esse movimento, se fortaleceu na sociedade cubana, devido ao fato de o país passar por uma grave crise interna, além de uma grande interferência dos EUA nas políticas do país, o que levava a insatisfação com o governo ditatorial de Batista. Assim, em 1956 Fidel Castro, juntamente com seus companheiros revolucionários, iniciam uma guerra contra o governo de Batista (BUSTOS, S/I).

Essa revolução ao longo de dois anos possui uma grande participação popular, sendo essa então grande responsável pela vitória dos revolucionários, onde Fidel Castro em seu discurso após o final da Revolução, em 08 de janeiro de 1959, em Havana, afirma:

“Luego, ¿quién ganó la guerra? El pueblo, el pueblo ganó la guerra. Esta guerra no la ganó nadie más que el pueblo —y lo digo por si alguien cree que la ganó él, o por si alguna tropa cree que la ganó ella. Y por lo tanto, antes que nada está el pueblo.”⁴ (FIDEL, 1959).

Assim, no ano novo de 1959, após Fulgêncio Batista anunciar sua renúncia e fugir do país, os revolucionários assumem o poder em Havana.

Portanto, ao fim da Revolução, Cuba sofre mudanças significativas, tanto no setor interno quanto externo, assim, trataremos de tais modificações na próxima seção.

³Companheiros: poderemos vencer em algumas horas, ou ser vencidos, mas de qualquer maneira, ouvi-lo bem companheiros!, de todas as maneiras esse movimento triunfará. Se vencemos amanhã se chegará mais perto do que aspirou Martí. Se ocorrer o contrário, o gesto servirá de exemplo ao povo de Cuba, a tomar a bandeira e seguir adiante. O povo nos representará no Oriente e em toda a Ilha. Jovens do centenário de Apóstol, como em 68 e em 95, aqui, no Oriente demos o primeiro grito de LIBERDADE OU MORTE! Já conhecem vocês o objetivo do plano. Sem dúvida alguma é perigosa e todo o que sair daqui comigo esta noite deve fazer de absoluta vontade. Ainda estão em tempo para decidir. De qualquer modo, alguns terão que ficar por falta de armas. Os que estão determinados a ir deem um passo a frente. A ordem é não matar, se não por última necessidade. (Tradução nossa). Discurso de Fidel Castro aos seus companheiros momentos antes do assalto ao Quartel de Moncada, segundo consta em <http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/palabras-de-fidel-castro-ruz-momentos-antes-de-partir-hacia-el-cuartel-moncada-26-julio>.

⁴Logo, quem ganhou a guerra? O povo, o povo ganhou a guerra. Esta guerra não ganhou nada mais que o povo – e eu digo se alguém acreditar que a ganhou, ou se alguma tropa acreditar que ela ganhou. E portanto, antes de mais nada está o povo. (Tradução nossa).

2.2 Guerra Fria

Nessa seção, abordaremos os desdobramentos de Cuba, no pós Revolução, onde o sistema internacional encontrava-se dividido, devido a Guerra Fria, com lideranças de EUA e URSS. Assim, trataremos do rompimento da ilha com os EUA e posteriormente, o início do socialismo cubano assim como seu alinhamento com a URSS, além da expansão e desdobramentos de sua política externa.

2.1.1 Rompimento com Estados Unidos

Em janeiro de 1959, enquanto Cuba celebra a saída de Batista e a chegada de Fidel Castro ao poder, o sistema internacional se encontra dividido entre capitalistas e socialistas, onde, EUA e URSS lideram a Guerra Fria.

Devido a esse cenário internacional, além da pressão de empresários norte-americanos com multinacionais no país, os EUA reconhecem logo nos primeiros dias de janeiro, o novo regime cubano e conseqüentemente afastam o então embaixador norte-americano Smith, devido a ligação desse com o ex-presidente Batista. Assim, os EUA traçavam inicialmente sua linha de relação com Cuba, uma vez que, apesar de Fidel não pertencer ao Partido Comunista, o Presidente Eisenhower temia os rumos nacionalistas da Revolução (BIAZETTO, 2008).

No entanto, com o final da Revolução, Cuba começa a tomar medidas anti-imperialistas como forma de reestruturar as condições econômicas e sociais do país. Assim, uma das primeiras providências, se dá por uma reforma agrária.

“Las primeras medidas tomadas en el marco de la fijación de objetivos democráticos, sociales y nacional-antiimperialistas del movimiento revolucionario se dirigieron fundamentalmente a la redistribución y reestructuración de la economía: reforma de las relaciones de propiedad de los medios de producción mediante la primera reforma agraria y otras nacionalizaciones; aumento de los salarios y reducción de los alquileres; ampliación de las prestaciones sociales en el sector educativo, sanitario y de vivienda; diversificación de la agricultura; industrialización sustitutoria de las importaciones.”⁵ (NOHLEN; STAHL, 1990, p. 11-12)

⁵“As primeiras medidas tomadas no marco da fixação dos objetivos democráticos, sociais e nacionais anti-imperialistas do movimento revolucionário se dirigiram fundamentalmente a redistribuição e reestruturação da economia: reforma das relações de propriedade dos meios de produção mediante a primeira reforma agrária e outras nacionalizações; aumento dos salários e redução dos alugueis; ampliação das prestações sociais no setor de educação, saúde e habitação; diversificação da agricultura; industrialização substitutiva das importações (Tradução nossa).

Essas mudanças na economia cubana, promoveram modificações referentes as relações entre Cuba e EUA, uma vez que o novo governo possuía uma política de afrouxamento da dependência norte-americana. Assim, essas relações sofrem uma queda devido ao início das negociações entre Cuba e URSS, em relação a um futuro acordo bilateral, onde a URSS se compromete a comprar açúcar cubano. No entanto, os EUA não recebem esse acordo de forma amigável, uma vez que esses pretendiam manter o controle sobre a ilha, devido a sua posição geográfica, assim, como forma de repressão a essas negociações, quando Cuba tenta negociar armas com os EUA, esses respondem negativamente. Portanto a partir de 1960, Cuba estabelece acordos comerciais referentes a venda de açúcar e compra de petróleo e maquinário soviéticas, acelerando assim as relações e acordos entre esses países (CARBONE, 2006).

No entanto, as empresas de refinaria instaladas em Cuba, pertenciam aos EUA, que devido ao cenário internacional, se recusavam a refinar o petróleo advindo da URSS, levando o governo cubano a medida de desapropriar tais empresas, tornando-as estatais.

“La reacción del gobierno de Eisenhower consistió en cancelar la cuota azucarera de Cuba; a lo que siguió la expropiación de todas las grandes empresas industriales, agrarias y financieras pertenecientes a capitales norteamericanos. Y esta vez, la respuesta de Washington consistió en la aplicación de tácticas de guerra económica y presión política: recurrió a la “ley de control de exportaciones” y prohibió el comercio exterior con Cuba (exceptuando los alimentos y medicamentos que no estuvieran subvencionados), declaró un embargo comercial para aislar a la isla, favoreció la emigración en masa de exiliados cubanos, y finalmente en 1961 rompió relaciones diplomáticas con La Habana.”⁶ (CARBONE, 2006, p. 12)

Ainda, segundo Carbone (2006), com a intensificação das relações entre Cuba e URSS e com a declaração de Fidel Castro sobre sua vertente marxista-leninista, os EUA consideram Cuba uma ameaça comunista, rompendo oficialmente as relações diplomáticas com a ilha em 1961. Assim, devido ao não alinhamento cubano com os norte-americanos, além da prisão e assassinato dos aliados do governo Batista, juntamente com o receio dos EUA, de uma possível expansão do comunismo pela América Latina, o presidente Eisenhower e a Central Intelligence

⁶“A reação do governo de Eisenhower consistiu em cancelar a cota açucareira de Cuba; ao que seguiu a expropriação de todas as grandes empresas industriais, agrárias e financeiras pertencentes a capitais norte-americanos. E desta vez, a resposta de Washington consistiu na aplicação de táticas de guerra econômica e pressão política: recorreu a “lei de controle de exportações” e proibiu o comércio exterior com Cuba (exceto os alimentos e medicamentos que não estivessem subsidiados), declarou um embargo comercial para isolar a ilha, favoreceu a emigração em massa de exilados cubanos, e finalmente em 1961 rompeu relações diplomáticas com Havana.” (Tradução nossa).

Agency (CIA), iniciam o planejamento de uma invasão a Cuba. No entanto, a presidência dos EUA, é substituída em 1960 por John F. Kennedy tornando-se esse então, responsável pela continuação da invasão a Baía dos Porcos em 1961.

Essa intervenção norte-americana, previa um levante popular contra Fidel, o governo dos EUA contava então com o apoio de dissidentes do governo cubano, onde esses após treinamento comandariam a ação, uma vez que os EUA, atuariam apenas como fornecedor de armas e logística. Assim, em 17 de abril de 1961, desembarcam 1.500 homens na Baía dos Porcos com a intenção de com o apoio da população, retirar Castro do poder, no entanto, essa ação fracassa em apenas dois dias, o que acarreta na prisão de muitos homens, além do impacto negativo causado aos EUA, uma vez que a CIA e o Presidente Kennedy foram responsabilizados pela invasão (FARIAS, 2008).

Esse fato, gerou então uma maior instabilidade entre Cuba e EUA, pois, a derrota norte-americana levou Kennedy a fortalecer o discurso anticomunista e contra Castro, onde como forma de combater a expansão do regime cubano para o restante da América Latina, os EUA, denunciam a Organização dos Estados Americanos (OEA), o governo cubano como ditatorial, o que caracteriza incompatibilidade com a norma de valores democráticos do hemisfério. Assim, na VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, em 31 de janeiro de 1962, Cuba é suspensa da OEA (CONTRERAS, 2011).

“É possível argumentar que o fiasco da invasão a Cuba fez com que Kennedy, para não parecer ainda mais fragilizado perante a população, resolvesse, a partir de então, endurecer ainda mais o discurso anticomunista, e continuar a perseguir a queda de Castro. Durante o ano seguinte, os EUA impuseram um bloqueio econômico ainda mais rígido, conseguiram expulsar a ilha da Organização dos Estados Americanos (OEA), recusaram-se a reconhecer o governo de Fidel Castro, utilizaram propaganda subversiva contra o líder cubano, além de continuarem com os planos para assassiná-lo.” (FARIAS, 2008, p. 120)

Devido a esses fatos então, a aproximação de Cuba com a URSS, sofre um aumento considerável, levando o governo cubano então, a assumir oficialmente o caráter socialista na Revolução.

2.2.2 Alinhamento com União Soviética

Após a invasão a Baía dos Porcos, além do embargo comercial imposto pelos EUA a Cuba e a expulsão da ilha da OEA, essa intensifica então suas relações com a URSS, buscando maior apoio em relação à segurança, uma vez que esses acreditavam em uma nova tentativa de invasão norte-americana.

Assim, o então Ministro das Forças Armadas de Cuba, Raúl Castro, visita Moscou em busca de apoio militar, onde os soviéticos, valem-se da oportunidade do apoio cubano para a instalação de mísseis estratégicos de médio alcance, controlados pelos soviéticos em território cubano, devido à localização próxima aos EUA, uma vez que esses possuíam uma base militar na Turquia, território próximo a URSS (CARBONE, 2006).

Segundo Bandeira (2009), a decisão definitiva da instalação de mísseis em território cubano se deu em abril de 1962, a partir da decisão norte-americana de tornar operacionais os mísseis instalados por esses na Turquia, além desses reiniciarem testes nucleares no Pacífico. Essa medida portanto, acarretaria na intensificação das relações e forças do Bloco Socialista, além de significar para a URSS, uma paridade nuclear com os EUA, uma vez que os mísseis soviéticos possuíam capacidade de alcance menor que os norte-americanos, portanto, esses instalados à média distância, obteriam resultados semelhantes, podendo alcançar as principais cidades norte-americanas.

Em 14 de outubro de 1962, aviões U-2 norte-americanos sobrevoavam Cuba, quando esses avistaram instalações militares soviéticas, concluindo através de fotografias a instalação de mísseis em território cubano (DOMINGOS, 2013). Assim, em 16 de outubro de 1962, uma nota relatando tal descoberta foi enviada ao Presidente Kennedy.

“On the morning of October 14, 1962, a U-2 aircraft, piloted by Air Force Major Richard D. Heyser, flew a reconnaissance mission over the western part of Cuba, flying from south to north. The 928 photographs obtained during the 6-minute flight over the island produced the first verified evidence of the existence of Soviet offensive missile sites in Cuba. Analysis and interpretation of the photographs at the National Photographic Intelligence Center revealed that three medium-range ballistic missile sites were being developed near San Cristobal, in Pinar del Rio province.”⁷ (PATTERSON, 1996, p. 356)

⁷“Na manhã de 14 de outubro de 1962, um avião U-2, pilotado pelo Major da Força Aérea Richard D. Heyser, voou uma missão de reconhecimento sobre a parte ocidental de Cuba, voando de sul a norte. As 928 fotografias obtidas durante o voo de 6 minutos sobre a ilha produziram a primeira prova verificada da existência de mísseis ofensivos soviéticos em Cuba. A análise e interpretação das fotografias no Centro Nacional de Inteligência Fotográfica revelou que três mísseis balísticos de médio alcance estavam sendo desenvolvidos perto de San Cristóbal, na província de Pinar del Rio.” (Tradução nossa).

Após tais descobertas, tem-se início a Crise dos Mísseis, onde o governo dos EUA decidem por implantar a chamada quarentena sobre Cuba, descartando assim uma invasão, onde em 26 de outubro, o primeiro-ministro soviético, entra em contato com os EUA, a partir de uma carta, onde esse se compromete com a retirada dos mísseis, caso esses se comprometessem a uma não invasão do território cubano, a retirada do bloqueio naval, além da retirada dos mísseis nucleares localizados na Turquia. Essa proposta foi então aceita pelo presidente Kennedy e os mísseis foram então retirados do território cubano (DOMINGOS, 2013).

No entanto, a resolução do conflito se deu sem a participação cubana, gerando assim um abalo nas relações entre Cuba e URSS. O governo soviético, defende então, que apesar de Cuba se caracterizar como um parceiro estratégico, esse não correria o risco de uma possível guerra nuclear, assim, os soviéticos por meio de conversações e aumento do armamento enviado a território cubano, tranquilizam Castro sobre uma possível invasão norte-americana. Entretanto, para Cuba, esse afastamento significou uma maior aproximação com a China, além de essa reforçar sua política externa voltada para o terceiro-mundismo (LÉVESQUE, 1977).

“Durante el inicio de la Guerra Fría, Beijing consideró a La Habana como un Estado “cliente” de la Unión Soviética, aunque los líderes chinos consideraban que la estrategia revolucionaria cubana afectaría a la diplomacia soviética en el Tercer Mundo, producto del modus operandi percibido en la misma.”⁸ (CARDOSO, 2006, p. 02)

As relações entre China e Cuba possuíam uma grande influência das diferenças entre as relações chinesas e soviéticas, onde a partir da resolução da Crise dos Mísseis, o governo chinês lança solidariedade a Cuba, com o objetivo de diminuir e contrapor a influência soviética no território cubano.

Durante a década de 1960, Cuba estabelece relações diplomáticas com diversos países asiáticos, sendo esses a República Popular Democrática da Coreia, República Socialista do Vietnã, Reino do Camboja, Reino de Laos, República da Mongólia, República Democrática Socialista de Sri Lanka e República da Indonésia.

⁸“Durante o início da Guerra Fria, Pequim considerou Havana como um Estado “cliente” da União Soviética, ainda que os líderes chineses considerassem a estratégia revolucionária afetaria a diplomacia soviética no Terceiro Mundo, produto do modus operandi percebido na mesma” (Tradução nossa).

“El fortalecimiento y ampliación de las relaciones con los Países Socialistas de Asia, con la RP China, Mongolia, la RPD de Corea, Lao, Vietnam y Cambodia, no sólo fueron consecuencia de compartir un misma doctrina política, sino sobre todo, a partir del convencimiento de la dirigencia revolucionaria de Cuba de que, juntos, podríamos defender mejor los intereses de los pueblos del Tercer Mundo.”⁹ (CHAMERO, 2003, p. 09)

Para Cuba, essa aproximação com os países asiáticos diversificava suas relações exteriores, ampliando assim o protagonismo cubano nas relações terceiro-mundistas, além de esses países pertencerem ao Movimento dos Países Não-Alinhados¹⁰ (MNA).

A política externa cubana a partir de 1961 consiste na chamada exportação da revolução, assim Cuba buscava com esses alinhamento com países do Terceiro Mundo e sua participação no MNA, compensar o seu isolamento político e econômico no ocidente, resultante de sua expulsão da OEA. Nesse sentido, além dos fatores políticos e ideológicos, o momento histórico de descolonização dos países afro-asiáticos auxiliaram o caráter terceiro-mundista da política cubana. Cuba assume então, uma posição de liderança no Terceiro Mundo, onde juntamente com países da América Latina, África e Ásia, participa da fundação da Organización para la Solidariedad de los Pueblos de África, Ásia y América Latina (OSPAAL), durante a V Reunião da Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, conhecida como Tricontinental em janeiro de 1966. Essa organização possuía como objetivo, coordenar a luta conta o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo. Nessa conferência criou-se também a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), com o objetivo de auxiliar na luta armada dos movimentos latino-americanos (FURTAK, 1985).

Ainda segundo Furtak (1985), as relações sino-cubanas sofriam discordâncias referentes ao apoio cubano as lutas armadas na América Latina, uma vez que a URSS nesse período adotava uma postura de coexistência pacífica. Em 1968, essas tensões sofrem um agravamento, onde os soviéticos atrasaram a entrega de petróleo em território cubano. Cuba adota então o sistema de economia soviético, tornando-se membro em 1972 do programa de integração

⁹“O fortalecimento e ampliação das relações com os Países Socialistas da Ásia e com a RP China, Mongólia, RPD da Coréia, Lao, Vietnam e Camboja não somente foram consequência da partilha de uma mesma doutrina política, mas acima de tudo, da convicção da direção revolucionária de Cuba que, juntos, podemos defender melhor os interesses dos povos do Terceiro Mundo.” (Tradução nossa).

¹⁰Movimento criado a partir da Conferência de Bandung, na Indonésia. Sua primeira reunião ocorreu em 1961, em Belgrado, Iugoslávia e desde então ocorrem reuniões a cada três anos com os Chefes de Estado e de Governo. O objetivo do grupo consistia em construir um grupo de países que se identificassem com o neutralismo, onde, esses buscariam se distanciar dos conflitos entre URSS e EUA.

econômica socialista, o Conselho Econômico de Ajuda Mútua (CAME), melhorando então as relações entre esses países.

Além dos fatores relacionados a URSS, Cuba sofre uma mudança na sua política externa na América Latina, pois, a partir da Aliança para o Progresso (ALPRO), há uma mudança no cenário latino-americano, devido a maior participação norte-americana, portanto, a política de expansão da revolução sofre um recuo entre 1968 e 1972. Assim, o governo cubano a partir de 1972, adota uma política voltada para a tolerância via uma diplomacia ativa e terceiro-mundista, diminuindo assim sua influência nas revoltas armadas.

“La solidaridad con el Tercer Mundo, a diferencia de la manifestación de antaño, no trataba ya de “exportar la revolución”, sino de estabilizar los regímenes revolucionarios bajo el signo del “internacionalismo proletario”, con la venia – por no decir con el aliento – de la Unión Soviética.”¹¹ (FURTAK, 1985, p. 354)

A partir de 1975, o governo cubano adota uma política de ampliação de sua política externa, principalmente por meio da cooperação sul-sul, no continente asiático Cuba estabelece relações com Bangladesh, Afeganistão, Maldivas, Malásia, Myanmar, Nepal e Austrália (CHAMERO, 2003), na América Latina, há um aumento nas relações comerciais e bilaterais, principalmente com a Argentina e no continente africano, Cuba participa ativamente dos processos de descolonização, tanto de forma técnica como militar, contra o imperialismo português, auxiliou os grupos rebeldes de Angola (MPLA), Moçambique (FRELIMO) e Guiné-Bissau (PAIGC). No setor econômico, os países socialistas, por meio da participação cubana na CAME, possuíram uma grande contribuição, principalmente no período de 1976 a 1985 para o aumento do desenvolvimento econômico, comercial e social cubano (VASCONCELOS, 2013).

Nos anos 1980, com a ascensão de Reagan ao governo dos EUA, onde esse pretendia retomar o conflito leste-oeste, a URSS sofria dificuldades devido as mudanças econômicas implementadas, assim, essa não conseguiria acompanhar a nova corrida armamentista lançada por Reagan e auxiliar os países socialistas do Terceiro Mundo. Portanto, o governo cubano, ao tornar-se o principal alvo norte-americano para combate ao comunismo, necessitava de uma

¹¹“A solidariedade com o Terceiro Mundo, diferentemente da manifestação anterior, não tratava de “exportar a revolução”, mas de estabilizar os regimes revolucionários sob a bandeira do “internacionalismo proletário”, com a permissão – se não com o incentivo – da União Soviética” (Tradução nossa).

política externa apoiada em diversas regiões do mundo para proteger assim, sua segurança e seu regime de governo (BALARDIM, 2016).

No entanto, a política construída pelo governo cubano ao longo dos anos, levou a ilha a construção de relações sólidas com diversas regiões do mundo, principalmente com o continente asiático e com a América Latina, além de estabelecer relações com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1988.

Apesar de Cuba ao longo dos anos, ter constituído uma relação sólida com diversos países e regiões, as relações com a América Latina sofrem uma queda durante os anos 1980, assim, o governo cubano necessita priorizar a manutenção das suas relações com seus vizinhos latino-americanos, pois, as mudanças econômicas da URSS afetariam diretamente a ilha, portanto, essa não poderia continuar apoiando os governos terceiro-mundistas.

2.3 Pós Guerra Fria

Nesta seção trataremos dos desdobramentos da política externa cubana após a dissolução de seu principal parceiro comercial e político, analisando as políticas adotadas pelo governo perante ao sistema internacional, além de analisar como as relações comerciais influenciaram na manutenção do sistema político cubano.

2.3.1 Período Especial (1991-2000)

Com o final da Guerra Fria e a queda da URSS, Cuba perde seu principal parceiro militar, comercial, político e ideológico, assim essa passa a sofrer uma grave crise interna e externa. No setor interno, a perda dessa parceria traz uma crise econômica devido à queda nas exportações e importações, o que acarreta em uma crise social no país. No setor externo, a queda de seu principal parceiro e a ascensão de seu principal oponente como potência hegemônica, faz com que a ilha busque por parceiros diferenciados no sistema internacional (ARCE; JOHNSON; SILVA, 2014).

Durante os anos 1990 com a ascensão dos EUA como potência, há uma intensificação do embargo econômico imposto por este para Cuba, com a intenção de prejudicar sua economia

e assim desestabilizar seu sistema político. Portanto, nos anos 1990 Cuba possuía o desafio de encontrar novos parceiros econômicos e sobreviver à crise e a esse novo arranjo internacional, sem perder suas ideologias políticas.

Esse período ficou conhecido como “Período Especial”, onde o governo cubano lança programas para o aumento de investimentos externos. Em 1995, é criada a Lei de Inversões Estrangeiras, onde, a partir de então, as relações de comércio exterior não mais seriam de exclusividade do Estado, pois, esses a partir de então repassariam as funções relacionadas as importações e exportações para pessoas jurídicas (COLOMBO, 2006).

“Como forma de complementar o esforço do governo, a ilha promoveu a associação com o capital privado estrangeiro, objetivando reativar a economia nacional, promover acumulação de capital para o comércio exterior e, de forma mais ampla, a (re)inserção da economia cubana no mercado mundial. As empresas mistas passaram a atuar principalmente nos setores da indústria, turismo, com destaque para o capital espanhol, canadense e italiano.” (BALARDIM, 2016, p.141).

Assim, Cuba abriu seu comércio para continentes e países diversificados, como países da União Europeia - que nesse período torna-se o novo eixo de comércio internacional cubano, representando 40% de seu comércio exterior - Canadá e China. As relações com a China são retomadas e consolidadas, a partir da assinatura de diversos acordos comerciais entre essas.

Nesse período, a política externa cubana, busca o multilateralismo, por meio da aproximação comercial e econômica com diversos países do Sistema Internacional, além da aproximação de atores não-estatais, através de Organizações. Assim, essa diversidade de relações fez com que Cuba se projetasse no cenário internacional, além de conservar seu modelo de governo.

“O êxito da política externa cubana, durante o período especial, foi a conservação e ampliação do espaço que Cuba ocupa no sistema Internacional. Junto com isso, os dirigentes cubanos conseguiram evitar que, internamente, a crise geopolítica e econômica da Ilha, se transformasse em crise social, o que desestabilizaria o regime, assim como nos países do Leste Europeu. Muito por causa disso, Cuba segue sendo vista, por alguns movimentos políticos mundiais, como um símbolo de resistência da autodeterminação e de crítica as estruturas hegemônicas de poder.” (BALARDIM, 2016, p. 148)

Os EUA, devido a essa reestruturação econômica e política cubanas, como forma de aumentar o embargo econômico, promulga a Lei Torricelli em 1992, com o objetivo de criar empecilhos para as negociações cubanas com diferentes países ou empresas, além de restringir

o envio de dólares para Cuba e a Lei Helms-Burton em 1996, com o objetivo de dificultar as relações bilaterais com Cuba, onde essa possibilita a imposição de sanções a empresas comerciantes com Cuba. No entanto, essa última recebe inúmeras críticas no sistema internacional, principalmente da União Europeia, Canadá e México, além de se tornar um símbolo da intransigência norte-americana nas negociações com Cuba (SANTORO, 2010).

Essas medidas adotadas pelo governo norte-americano, afetam as relações cubanas com a União Europeia, no entanto, devido ao fato de Cuba se relacionar de forma bilateral com os países membros do bloco europeu, esse rompimento não afeta diretamente a ilha. Na América Latina e Caribe, a partir dos processos de integração, Cuba foi fundadora da Associação de Estados do Caribe (AEC) em 1994 e tornou-se membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1998. Com o Canadá, as relações cubanas se estabelecem desde os anos 1970, assim devido as relações consolidadas entre esses dois países, o governo canadense a partir da metade dos anos 1990, inicia a defesa da reintegração cubana no sistema interamericano via OEA.

Portanto, apesar da dissolução de seu principal parceiro e das investidas norte-americanas para a desestabilização do sistema político cubano, a ilha governada por Fidel Castro apresenta uma política externa voltada para o comércio, garantindo assim a sobrevivência de sua política revolucionária no sistema internacional pós-Guerra Fria.

2.3.2 Século XXI e o Novo Socialismo.

No início do século XXI, Cuba continua sua política externa voltada para o comércio com diversos países do sistema internacional, nesse período no entanto, a América Latina assume um papel de extrema importância, uma vez que no início dos anos 2000, tem-se início, a chamada “onda rosa”, que se caracteriza pela ascensão ao poder de partidos ditos progressistas e de vertentes esquerdistas em praticamente toda a América Latina. Esses governos, buscam uma maior aproximação e resolução de questões sociais e políticas. Assim, com essas novas perspectivas políticas, tem-se início o chamado Regionalismo Pós-Liberal. Esse processo se caracteriza pela modificação na forma de integração dos países, onde essa passa a abandonar as questões neoliberais e a focar nas integrações regionais como forma de inserir a região economicamente no cenário internacional (FERREIRA, 2015).

Dentre as relações com os países latino-americanos, destacam-se a cooperação cubana com Bolívia, Venezuela e Brasil. Nesse sentido, juntamente com a Venezuela, Cuba cria em 2004 a Aliança Bolivariana para a Nossa América-Tratados de Comércio para os Povos (ALBA-TCP), onde percebe-se a ideologia bolivariana de integração, por meio da integração regional entre América Latina e Caribe, além da criação de projetos visando a correção de diferenças estruturais entre esses países. Além dos países da América Latina, Cuba no período pós-Guerra Fria estabelece e consolida relações comerciais com diversificados países do sistema internacional.

Ao longo desse período, Cuba buscou atualizar sua administração, de modo a sua sustentação no sistema, evitando assim o mesmo fim da antiga URSS e dos países socialistas. No entanto, a saída de Fidel Castro do governo e a posse de Raúl Castro de forma parcial e efetiva em 2008, não altera as bases da política interna e externa cubana, uma vez que esse participava ativamente da política cubana como Chefe dos Militares, além de atuar nas negociações externas (SANTORO, 2010).

Ao assumir o poder, Raúl implanta uma mudança ministerial, onde substitui onze dos ministros de Fidel, entre esses, o ministro das relações exteriores Felipe Pérez Roque é substituído por Bruno Rodríguez Parrilla, havendo assim uma mudança nas relações exteriores, fortalecendo assim a cooperação sul-sul cubana. Assim o governo de Raúl implementar uma mudança no modelo de governo, chamado de “atualização do socialismo” (BRITO, 2014).

Raúl Castro, começa a adotar políticas econômicas e sociais mais abertas, com o objetivo de fortalecer a economia cubana. Isso ocorre a partir da modificação do setor produtivo para uma esfera não estatal, onde pequenos empresários conquistam uma certa autonomia, esses passam, por exemplo, a contratar força de trabalho de uma forma independente do estado e a receber investimentos estrangeiros.

No entanto, essa mudança ocorre dentro dos princípios socialistas, onde as empresas e cooperativas possuem a manutenção estatal em suas regulações econômicas.

“Este setor deverá conviver com o setor estatal ainda majoritário, onde as empresas estatais devem passar por readequações organizativas visando alcançar maiores níveis de eficiência econômica, competitividade, bem como maior autonomia de gestão mediante a descentralização das decisões.” (BRITO, 2014. P.111)

Assim, essa transição econômica se caracteriza pela adoção de diferentes formas de gestão, onde o Estado passa a não se responsabilizar de forma integral pela funcionalidade de

pequenas empresas. Nesse sentido, em 2009, Raúl Castro convoca o VI Congresso do Partido Comunista Cubano, onde se reformulam mudanças nas medidas econômicas e sociais cubanas. Esse encontro resulta em 2011 na criação de mais de trezentas medidas compiladas no chamado Liniamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución.

Com as mudanças implementadas pelo governo cubano, e a eleição de Barack Obama nos EUA, esses começam a rever sua política em relação a Cuba

“Frente a crescente importância de Cuba na América Latina, os EUA ficavam cada vez isolados em sua postura anacrônica de tratar Cuba, como se ainda estivessem em plena Guerra Fria. A manutenção das relações hostis aumentava a solidariedade internacional à Cuba e deteriorava a imagem dos democratas internas e externamente, em um momento onde a hegemonia do país está desgastada pelos conflitos militares e pelas dificuldades econômicas.” (BALARDIM, 2016, p. 172)

Portanto, em 2014 sob influências externas e articulação do Papa Francisco e do Arcebispo de Havana, cardeal Jaime Ortega, Cuba e EUA retomam suas relações diplomáticas, com a abertura de embaixadas em ambos os países no ano seguinte. No entanto, o embargo econômico não sofre alterações uma vez que esse depende da aprovação do congresso norte-americano (GAMA, 2015).

Por fim, podemos analisar que a política externa cubana, desde a revolução se caracteriza de forma a manutenção desta, adaptando-se as mudanças e dificuldades do sistema internacional com o objetivo de aumentar suas relações e da manutenção de seu sistema político.

3 RELAÇÕES CUBA-CARIBE

Mapa 1 – Países do Caribe.



Fonte: Associação dos Estados Caribenhos (AEC)¹²

A relação entre Cuba e os demais países do Caribe¹³, apesar de não ser considerada uma relação estável historicamente, essa se dá desde a Revolução de forma intensa, devido à proximidade tanto geográfica quanto histórica e culturais. No entanto, a partir dos anos 1990 com a mudança estrutural no sistema internacional e o impacto sofrido por Cuba com o fim da URSS, essas relações com o Caribe passam enfim a se estabelecer de forma mais aberta e com maiores interesses políticos além de comerciais. Essas relações passam a se estabelecer principalmente através de processos de integração.

A partir dos anos 1990, tem-se a criação de diversos processos de integração como a Associação dos Estados do Caribe (AEC) em 1995, onde Cuba participa como Estado fundador desta, além do fortalecimento de relações bilaterais e da Comunidade do Caribe (CARICOM). A partir dos anos 2000, acrescentam-se também a Aliança Bolivariana para Nossa América - Tratado de Comércio para os povos (ALBA-TCP) em 2004 e a Comunidade de Estados Latino-americanos (CELAC) em 2010.

¹² Disponível em: <<http://www.acs-aec.org/index.php?q=es/cmc>>

¹³ Neste trabalho, nos referimos aos países do Caribe, como a região banhada pelo Mar do Caribe, conforme demonstra o mapa 1.

3.1 Histórico das relações entre Cuba e o Caribe

Historicamente, as relações entre Cuba e os países do Caribe, se dão de forma constante, no entanto, essas não se caracterizam de forma estável. Devido as características geográficas, culturais se darem de forma comum, essas relações se fazem presente na história da construção desses países. Cuba, se caracteriza por ser um dos últimos países na descolonização espanhola na região em 1898, assim com a saída de tropas espanholas do país, Cuba passa a formalizar as relações com o Caribe no início dos anos 1900.

Após a Revolução Cubana em 1959, Cuba passa a modificar sua política externa e assim suas relações com os demais países, pois, uma das bases dessa revolução, se caracteriza pelo afastamento do imperialismo norte-americano e a aproximação de Cuba as ideologias da antiga União Soviética, tornando-se esse então seu principal parceiro econômico e militar.

Nesse período, o governo cubano prioriza a consolidação da revolução e das novas políticas econômicas na sociedade, além da manutenção do país no sistema internacional após o rompimento das relações com os EUA. Em relação ao Caribe, muitos países da região possuíam governos ditatoriais no poder, como por exemplo, Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Honduras. Assim, a partir da revolução, o poder cubano passa a exercer influência nos movimentos de libertação desses países, apoiando esses de forma ideológica, militar e com a disposição de asilo aos exilados. No entanto, essa projeção passa a ser vista por alguns países como uma tentativa de implementação do sistema cubano no resto da região, essa visão se caracteriza principalmente nos países onde o governo possuía uma relação intensa com os EUA, assim, nesse período inicial pós-revolução, há um afastamento entre Cuba e alguns países caribenhos. (BENÍTEZ, 2012).

Essas relações se caracterizam de diversas formas, onde, por exemplo, com Haiti e República Dominicana, há o rompimento nos anos 1960 das relações diplomáticas, enquanto com a Jamaica, as relações diminuem sua intensidade, porém, continuam a existir.

“Lo anterior explica la ruptura de relaciones diplomáticas con la República Dominicana y con Haití, cuyos gobiernos apoyaron acciones a derrocar al naciente poder revolucionario de la Mayor de las Antillas. En el caso de Jamaica, país con el que Cuba mantenía relaciones formales desde antes del triunfo de la Revolución, las relaciones se mantuvieron con un perfil que podría calificarse de bajo y que no

rebasaba la gestión que implicaba el Consulado cubano en Kingston.” (REINOSA, 2005, p. 03).¹⁴

Assim, pode-se dizer que as relações entre Cuba e os demais países do Caribe, nesse período dos anos 1960, se caracterizam de forma pouco expressivas, onde caracteriza-se um isolamento cubano perante a região.

No entanto, a partir dos início dos anos 1970, essas relações passam a ser modificadas. Essas a partir de então tornam-se mais amplas, a partir do estabelecimento de relações diplomáticas de alguns países do Caribe com Cuba. A partir de então, Cuba passa a estabelecer uma maior relação econômica e comercial com os países da região. No entanto, a partir dos anos 1980, essas relações, a partir do fortalecimento da política norte-americana contra Cuba, passam a diminuir, devido à proximidade dos países caribenhos com os EUA (REINOSA, 2005).

A partir do final dos anos 1980, o cenário mundial passa por uma mudança significativa com o fim da URSS. Para Cuba, isso caracteriza a perda de seu principal parceiro comercial, econômico e militar. Assim, a partir da década de 1990, Cuba necessita modificar suas relações e buscar novos parceiros de maneira a sobreviver com seu regime socialista no sistema internacional.

3.2 O Período Especial e a Recuperação (1991-2000)

Com a queda da URSS e o final da Guerra Fria, os EUA anunciam a chamada “Nova Ordem” internacional, Cuba necessita então, para sua manutenção no sistema internacional modificar sua economia e expandir suas parcerias comerciais, pois, nesse momento, a ilha passa por problemas econômicos a partir de tais mudanças no sistema internacional.

Ao assumir a presidência dos EUA em 1992, Clinton, adota medidas para intensificar o embargo imposto à Cuba, esses aprovam então o Cuban Democracy Act ou Lei Torricelli, que possuía o objetivo de dificultar as negociações de Cuba com diferentes países, essa lei proibia, por exemplo, fatores como embarcações aportarem nos EUA, caso aportem em portos cubanos

¹⁴Isso explica o rompimento das relações diplomáticas com a com República Dominicana e Haiti, cujos governos apoiaram as ações para derrubar o novo poder revolucionário das Grandes Antilhas. No caso da Jamaica, um país com o qual Cuba mantinha relações formais antes do triunfo da Revolução, as relações foram mantidos com um perfil que pode ser descrito como baixo e não excedeu gestão envolvendo o consulado cubano em Kingston.” (Tradução Nossa).

nos 180 dias anteriores; a exportação de produtos que contenham algum componente cubano para os EUA; empresas norte-americanas com filiais em outros países, tenham relações comerciais com Cuba, agravando assim, a crise existente. Na questão econômica, com a unificação alemã, houve o cancelamento de todos os acordos comerciais existente entre esses, aumentando assim a escassez e conseqüentemente o racionamento interno de alimentos (SANTORO, 2010).

Desde o fim da URSS, a importação de petróleo sofre uma queda de US\$ 13,5 milhões de toneladas em 1987 para US\$ 1,8 milhões em 1992, assim, a capacidade de importação cubana sofreu uma diminuição de US\$ 8,1 bilhões em 1989 para US\$ 1,7 bilhão em 1993. Devido essa dificuldade de abastecimento, ocorre uma diminuição da capacidade industrial, onde, a colheita de cana é afetada, uma vez que com a falta de combustível, o funcionamento dos tratores foi prejudicado, havendo assim o fechamento de fábricas devido à falta de energia. Na visão de Fidel, essa situação tenderia a piorar, no entanto, o líder cubano acreditava que se a ilha sobrevivesse a esse período sem o apoio socialista e com a intensificação do bloqueio norte-americano, os EUA não teriam alternativa senão reformar sua política e assim, se aproximar de Cuba, acarretando assim na melhora da economia cubana (CORDOVI; EGOZCUE, 2008). Desse modo, na Tabela 1, pode-se observar os dados para o impacto do fim da URSS na economia cubana.

Assim, de modo a se sustentar no sistema internacional e devido as imposições criadas, Cuba empenha-se para diversificar seu comércio exterior.

“Frente a cien izquierdistas latinoamericanos invitados a la celebración del cuadragésimo aniversario del Movimiento Revolucionario del 26 de julio, Castro amargamente reconoció que: "La vida de hoy, la realidad... nos obliga a hacer cosas que en otras circunstancias jamás habríamos hecho... debemos hacer concesiones... para salvar la revolución y los logros del socialism.”¹⁵ (MESA-LAGO. 1994. P. 378).

A partir desse período então, Cuba passa a investir nos setores de biotecnologia; engenharia genética; produção de fármacos; medicamentos e produtos com maior valor agregado, além de investimentos em turismo, buscando assim, uma alternativa para a

¹⁵“Diante de cem esquerdistas latino-americanos convidados para a celebração do quadragésimo aniversário do Movimento Revolucionário 26 de julho de Castro reconheceu amargamente: "A vida de hoje, a realidade ...obriga-nos a fazer coisas que de outra forma nunca teria feito ...temos de fazer concessões para salvar a revolução e as conquistas do socialismo” (Tradução Nossa).

monocultura do açúcar. Essas exportações, devido à proximidade, ocorrem principalmente para países da América Latina e Caribe, pois, em 1992 após a reforma na Constituição cubana, essa passa a defender sua “vocação de integração e colaboração” com os países da América Latina e Caribe (BANDEIRA, 2009).

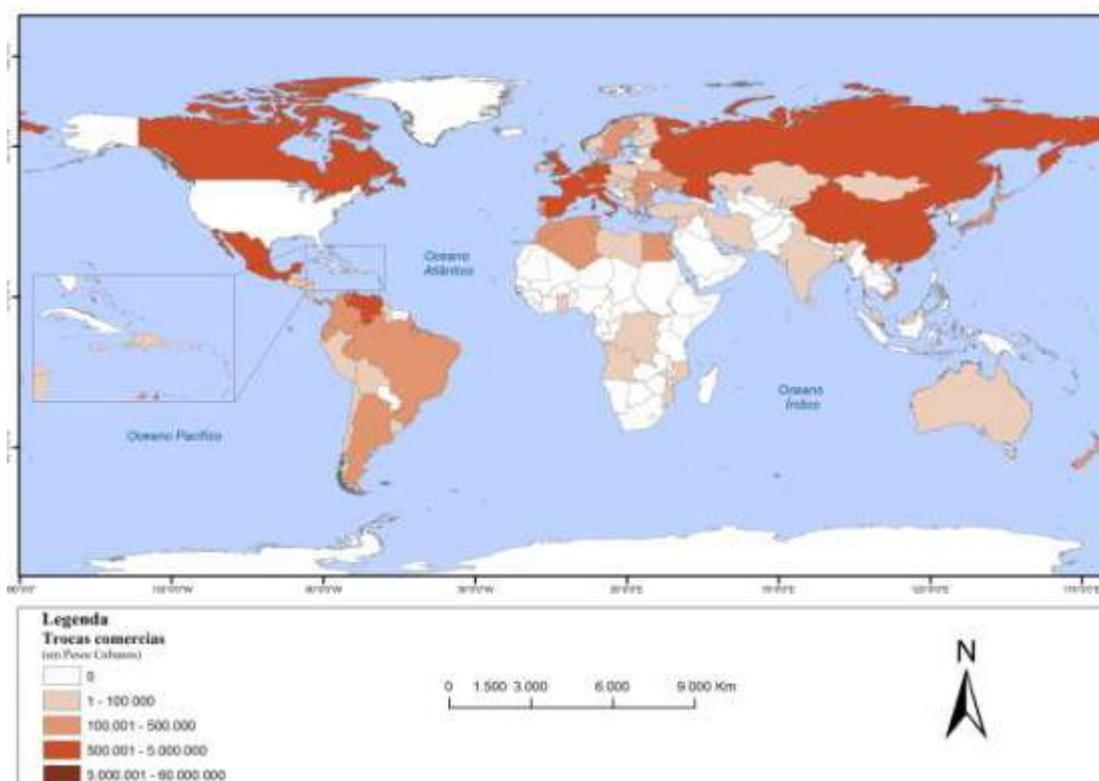
“Após a reforma da Constituição, Fidel Castro começou a tomar várias outras medidas no sentido de liberalizar ainda mais a economia. Voltou a autorizar os camponeses a venderem livremente o excedente de sua produção no mercado agropecuário, instituído em outubro de 1994; criou, em seguida, o mercado de produtos industriais e artesanais; adotou nova lei de importação; liberou o trabalho por conta própria em alguns ramos de atividade; descriminalizou a posse de dólares pelos cubanos, legalizando sua circulação juntamente com o peso conversível, que o tomou como âncora, e o peso cubano; estabeleceu juros de 4% a.a. para os depósitos em divisas, e iniciou o processo de privatização de alguns setores, como a telefonia, da qual 49% do controle passaram para capitais mexicanos” (BANDEIRA, 2009. P. 637-638).

As mudanças na Constituição, portanto, assinalaram o início da liberalização da economia, atraindo assim um maior capital estrangeiro, e evitando o colapso do Estado devido ao atual cenário internacional e a crise interna.

A reforma da constituição também permitiu o chamado joint-ventures, que consistia na possibilidade de posse e circulação de dólares na economia interna, além do recebimento de remessas vindas do exterior por familiares. Essas remessas vindas do exterior, tornam-se então a segunda fonte de arrecadação de moeda cubana, ficando apenas depois do turismo, esse aumento de capital na economia, fortaleceu então o poder aquisitivo de uma parcela da população, onde, essa então passa a fomentar a economia. A chamada Lei de Investimentos (Lei nº 77/1995), autorizava a realização de atividades que contribuíssem para o fortalecimento da economia e desenvolvimento do país, no entanto, essa não permitia o investimento de capital estrangeiro nas áreas da saúde, educação e defesa (BANDEIRA, 2009).

De forma a remodelar a política externa cubana e assim se inserir no sistema internacional, Cuba busca apoio nos demais países de forma a derrubar o bloqueio econômico imposto pelos EUA, assim, por meio da diplomacia econômica, ou seja, de sua promoção comercial no sistema internacional, a ilha diversificou geograficamente seus parceiros comerciais, tornando os europeus os maiores investidores nos setores do turismo e comercial (BALARDIM, 2016).

Mapa 2 – Comércio exterior cubano (1992-1996).



Fonte: Oficina Nacional de Estadística e Información de La República de Cuba. Elaborado por Ludmila Losada (2016).¹⁶

Ao longo da história, segundo Esteves (2008) as regiões da América Latina e Caribe, se caracterizaram como pertencentes ao grupo de países produtores de matéria-prima e alimentos além de importadores de manufaturas das metrópoles. No entanto, após a II Guerra Mundial com a mudança no sistema internacional, esses países passam a sofrer perdas de investimentos e crises econômicas. Assim, nesse contexto, é criada a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), essa possui como um de seus objetivos, a integração regional, onde a partir desse processo, os países aumentariam seu desenvolvimento, logo, a dependência das metrópoles sofreria uma queda significativa.

Segundo Bielschowsky (2010), no decorrer dos anos, a CEPAL formulou diversas teorias para o desenvolvimento da região, a primeira nos anos 1950 se deu de forma a

¹⁶ Mapa retirado de: “BALARDIM, Rafael. **Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016)**. 2016. 207f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2016.”

construção de um mercado comum, onde esses países passariam por um processo de industrialização e substituição de importações, assim, haveria uma diminuição na dependência tecnológica da região. Esse modelo, juntamente com a integração regional, levaria a região a uma complementariedade econômica e conseqüentemente, a diversificação do mercado consumidor, aumento da produtividade e assim ao desenvolvimento dos países-membros.

Já na década de 1980, a proposta criada pelo Consenso de Washington, corresponde a teoria neoliberal, desenvolvida pelos países centrais, pois, para esses a grande interferência do Estado nas questões econômicas se caracterizava como uma das principais causas dos problemas e dependência econômica desses países. Assim, esses defendiam que a economia deveria passar por liberalização e desestatização. No entanto, esse processo visa apenas acordos econômicos de livre-comércio, não levando em consideração assim, as questões sociais.

Ao contrário do processo neoliberal, o processo de integração a partir de um mercado comum, possui como característica o tratamento de questões comerciais, sociais, ambientais e econômicas. Assim, esses países obteriam um aumento em seu poder de barganha frente aos países centrais. Portanto, segundo a CEPAL, o conceito de integração regional na América Latina e Caribe, se dá de forma a impulsionar a economia e as relações entre esses países, diminuindo assim a influência norte-americana e europeia na região.

Portanto, dentro desses processos de integração, percebe-se a intenção de Cuba em fortalecer as relações regionais, fora do eixo norte-americano, pois, esses a partir do conceito de Bolivarianismo, defendem que as relações regionais devem suprir as relações com as grandes potências, devido ao imperialismo imposto por essas nessas regiões, pois, a partir desses processos regionais, a influência externa se daria de forma mínima nesses países.

Com o fim da Guerra Fria, percebe-se uma maior abertura das relações integracionistas, devido a recuperação econômica mundial e a globalização, abrindo-se assim uma nova perspectiva mundial elaborada pela CEPAL, chamada de Regionalismo Aberto, onde a partir do termo regionalismo, houve uma recuperação dos processos de integração regionais, no entanto, o termo aberto engloba uma abertura independente de delimitação de fronteiras (CORAZZA, 2006).

Esse processo, pode ser caracterizado pela liberalização econômica, um dos principais aspectos do Consenso de Washington, pois, apesar da globalização, há um número maior de acordos a partir de relações bilaterais. Assim, com a liberalização da economia e no setor comercial, percebe-se uma maior participação do setor privado dentro dos processos de

integração, pois, há um aumento de aberturas comerciais, privatizações e redução de barreiras para capital estrangeiro, por exemplo.

“Por isso, pode-se dizer que é uma concepção muito mais próxima do regionalismo liberal que do regionalismo desenvolvimentista, pois: *i*) a integração regional é vista, tal como na concepção de Viner, como um *second best*, haja vista que o que se almeja é a integração multilateral; *ii*) defende-se que a retomada do crescimento econômico dos países do bloco se daria com a abertura à economia internacional, inclusive de forma unilateral, com vistas a aumentar a competitividade, tal como na teoria ortodoxa do comércio internacional; e *iii*) o papel do Estado não é mais o de coordenar uma integração cujo foco está no desenvolvimento econômico de países atrasados, mas apenas o de promover reformas para que o setor privado promova a integração de fato.” (TEIXEIRA; NETO. 2012. p. 26-27)

No campo da segurança, no entanto, essas organizações passam a exercer um papel com maior foco nos problemas regionais, levando em considerações questões internas e não apenas questões ao nível mundial, além de integrar dentro de um mesmo grupo, questões econômicas, políticas, sociais e de segurança, assim, como maior exemplo desse processo tem-se a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991. Assim, podemos afirmar que esse processo influenciou as modificações nos processos integracionistas na década de 1990.

Assim, além da expansão cubana por meio do comércio com os demais países do sistema internacional, a ilha buscou apoio em organizações internacionais, de forma a expandir suas relações com blocos diversificados. Na região caribenha, Cuba intensificou suas relações com esses países, por meio, de uma maior aproximação da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da criação da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

A partir do final dos anos 1960, a região caribenha inicia seus processos de integração, com a criação da Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA) em 1968 e do Banco de Desenvolvimento do Caribe (CARIBANK) em 1970. No entanto, após cinco anos da criação da CARIFTA, essa não atinge os objetivos esperados, sendo proposta então na sua Oitava Conferência de Chefes de Estado, a criação da Comunidade do Caribe (CARICOM). Assim, a partir da assinatura do Tratado de Chaguaramas por Barbados, Jamaica, Guyana e Trinidad e Tobago, tem-se em agosto de 1973 o início das atividades da CARICOM. Atualmente, a CARICOM, possui quinze Estados-membros, sendo Antigua y Barbuda; Bahamas; Barbados; Belice; Dominica; Granada; Guyana; Haiti; Jamaica; Montserrat; Santa Lucía; Saint Kitts y Nevis; São Vicente e Granadinas; Suriname e Trinidad e Tobago, além de cinco Membros-associados, sendo Anguilla; Ilhas Bermudas; Ilhas Virgens Britânicas; Ilhas Caimán e Ilhas Turcas e Caicos.

Desde sua criação, a CARICOM, possui como objetivo a integração econômica e a cooperação funcional em diversas áreas, como, educação, saúde e cultura por exemplo, entre os países membros e os demais países da região.

Em 1972, a partir do reconhecimento por quatro países independentes da CARICOM, do governo cubano, se estabelecem as relações entre esses.

“Fue en 1972 cuando los Estados Caribeños Jamaica, Trinidad y Tobago, Guyana y Barbados, desafiaron la presión internacional para iniciar las relaciones con Cuba, mientras que otros miembros de la Caricom, les siguieron con rapidez. Desde entonces, especialmente en el período posterior en la Guerra Fría, las relaciones diplomáticas y la cooperación entre Cuba y la Caricom han aumentado, dando lugar a un nuevo ambiente político en la región.”¹⁷ (FRANCIS, 2014, p. 229)

Desde então, houve diversas iniciativas relacionadas a Cooperação Sul-Sul, por meio de acordos bilaterais entre Cuba e países membros da CARICOM. No entanto, essas relações a partir dos anos 1990, tornam-se mais recorrentes, uma vez que Cuba passa a diversificar suas relações a partir do fim da URSS.

“A mediados de la década de 1990, ambas partes se enrolaron en una integración comercial más específica y en ambiciosas iniciativas de esfuerzo cubano de diversificar sus relaciones económicas externas a raíz de la desintegración de la Unión Soviética y alinearse estrechamente con América Latina y el Caribe, así como profundizar las relaciones en materia de comercio e inversiones, en turismo, transporte y cooperación técnica.”¹⁸ (LOWE, 2014, p.205-206).

Assim, essas relações se intensificam nesse período, de forma a aumentar a estabilidade da região no sistema internacional. Nesse período então, Cuba e os países estabelecem diversos acordos de cooperação econômica e iniciativas comerciais. Em 1993, foi estabelecido o acordo da Comissão Conjunta Caricom-Cuba, com ênfase em questões de desenvolvimento de recursos humanos, turismo e meio-ambiente, em 1996 Cuba solicita a negociação de um acordo de

¹⁷“Foi em 1972, quando Estados do Caribe Jamaica, Trinidad e Tobago, Guiana e Barbados, desafiou a pressão internacional para iniciar relações com Cuba, enquanto outros membros da Caricom, seguiu-os rapidamente. Desde então, especialmente no rescaldo da Guerra Fria, as relações diplomáticas e de cooperação entre Cuba e Caricom aumentaram, levando a um novo ambiente político na região.” (Tradução Nossa).

¹⁸“Em meados da década de 1990, ambos os lados estavam matriculados em uma integração comercial específica e iniciativas ambiciosas esforço cubano para diversificar as suas relações econômicas externas após a desintegração da União Soviética e alinhar estreitamente com a América Latina e Caribe, e de aprofundar as relações de comércio e investimento, turismo, transportes e cooperação técnica” (Tradução Nossa).

comércio e cooperação, no entanto, esse entra em vigor no ano 2000, após o estabelecimento de um Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre Cuba e os países da Caricom. Nesse período, Cuba se relaciona de forma bilateral com os países membros da Caricom, onde essa firma acordos com Barbados em 1996, Jamaica em 1997, Nicarágua em 1998 e Trinidad e Tobago em 1999 (LOWE, 2014).

Segundo Romero (2015), o Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Caricom-Cuba, a partir de 2001, proporciona uma maior negociação entre as partes, com o intuito de converter este Acordo de Alcance Parcial para um Tratado de Livre Comércio. Lowe (2014), defende que o acordo,

“Proporciona un marco para la cooperación económica en varias áreas fundamentales, la promoción comercial conjunta, la facilitación del comercio, la financiación del comercio y el transporte marítimo – con el reconocimiento implícito de los obstáculos al comerciar con Cuba y la necesidad de construir la infraestructura y los marcos jurídicos de apoyo a la expansión del comercio de la Caricom-Cuba.”¹⁹ (LOWE, 2014, p. 207-208).

Até 2013, tal acordo não havia entrado em vigor, uma vez que nem todos os países membros da Caricom haviam assinado, portanto, com tais países Cuba tem-se relacionado de forma bilateral até a ratificação deste (ROMERO, 2015).

No entanto, apesar do acordo não estar em vigor, o comércio entre Cuba e Caricom, apresentou um crescimento, a partir da assinatura do acordo, onde as exportações sofrem uma suba de US\$13,7 milhões em 2000 para US\$40,2 milhões em 2008. Esse comércio ocorre predominantemente entre poucos países, principalmente com Trinidad e Tobago, Belice, Jamaica e Barbados (LOWE, 2014).

Além das questões econômicas, as relações entre Cuba e Caricom se expandem para questões sociais, principalmente na área da saúde, onde ocorre uma parceria fundamental para o desenvolvimento da região. Desde a década de 1980, os países caribenhos demonstram interesse na formação de médicos de forma gratuita em Cuba, pois, tal cooperação visa a melhora da formação médica na região, uma vez que após a capacitação tais médicos em grande maioria voltam a seu país natal de forma a trabalhar no setor público, pois, esse programa visa a solidariedade, reciprocidade e desenvolvimento regional, assim, em 2004, Cuba em parceria

¹⁹“Ele fornece um quadro de cooperação econômica em diversas áreas-chave, a promoção comercial conjunta, facilitação do comércio, financiamento ao comércio exterior e transporte - com o reconhecimento implícito de barreiras ao comércio com Cuba e a necessidade de construir infraestrutura e marcos legais para apoiar a expansão do comércio na Caricom-Cuba.” (Tradução Nossa).

com Caricom lança o Programa de Operación Milagro, com o objetivo de beneficiar pessoas de baixa renda com problemas oftalmológicos. (FRANCIS, 201).

“Este es un buen momento para reiterar que, a pesar de las dificultades económicas y de los cambios que estamos haciendo para perfeccionar el modelo económico y social, mantendremos el compromiso de cooperar y compartir nuestros modestos logros con los hermanos del Caribe.

En la actualidad, tenemos mil 806 colaboradores en todos los países de CARICOM, de ellos mil 461 en el campo de la salud.”²⁰ (Raúl Castro, 2014)

Cuba busca apoio em seu entorno regional devido a sua proximidade cultural, histórica e geográfica, assim, o comércio com América Latina e Caribe se estabelece de forma satisfatória, havendo um aumento do número de importações para 47% provenientes dessa região. Além da inserção comercial, as relações da ilha com a região se davam de forma a fortalecer a imagem cubana, por meio da aproximação da ilha com os demais países, levando então a uma diversificação nas parcerias da ilha (JOHNSON; SILVA, 2013).

Nesse cenário de integração, Cuba torna-se então fundadora da Associação dos Estados do Caribe (AEC), em 1994, juntamente com os vinte e cinco países pertencentes à margem da bacia do Caribe. Os países membros dessa instituição são: Antigua y Barbuda, Bahamas, Barbados, Belice, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guyana, Haití, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, República Dominicana, San Cristóbal y Nieves, Santa Lucía, San Vicente y las Granadinas, Surinam, Trinidad y Tobago, y Venezuela. O órgão possui como objetivo o fortalecimento da cooperação regional, além de criar um espaço econômico ampliado, desenvolvendo assim a região do Grande Caribe. A AEC possui o objetivo de por meio de acordos entre esses, dinamizar o comércio e os investimentos entre os países, tais mudanças ocorreriam a partir da modernização da legislação aduaneira, onde, a partir da eliminação de tarifas alfandegárias e não-alfandegárias, ocorreria um comércio justo na região.

Nas relações de integração entre Cuba e os demais países da AEC, podemos destacar a criação de um acordo de zona de comércio preferencial em 2000, onde, esses passam a contribuir de forma significativa para as taxas de importação e exportação cubanas no sistema

²⁰“Este é um bom momento para reiterar que, apesar das dificuldades econômicas e mudanças que estamos fazendo para melhorar o modelo econômico e social, vamos manter um compromisso de cooperar e compartilhar nossas conquistas modestas com os irmãos do Caribe. No momento, temos 806 mil funcionários em todos os países da CARICOM, dos quais 461 mil no campo da saúde.” (Tradução Nossa).

internacional, onde na tabela 2, podemos perceber uma crescente nos números comerciais entre os membros da AEC, incluindo Cuba e seus principais parceiros comerciais.

Além da CARICOM e da AEC, nesse período, Cuba torna-se membro também da Associação Latino Americana de Integração (ALADI), em 1998, além de assinar acordos de comércio e investimentos com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e com o Mercado Comum Centro-Americano (MCC). Assim, percebe-se a busca de Cuba para uma maior inserção nas regiões latino-americana e caribenha.

“Mesmo durante o período especial manteve a cooperação solidária com os países da região, tendo em 1999, 34 brigadas com 920 trabalhadores entre médicos, enfermeiras e pessoal técnico, distribuídos ente Guatemala, Haiti, Honduras e Nicarágua. Ademais, em 1998, foi fundada a Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), que recebeu no primeiro ano mais de 900 alunos da Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Honduras, República Dominicana e Venezuela.” (BALARDIM, 2016. P.153).

Portanto, nesse período especial, a política externa cubana voltada para a ampliação da influência dessa no sistema internacional, juntamente com a busca por novas parcerias, levaram a sustentação do regime cubano internacionalmente e internamente evitaram uma maior crise social. As regiões latino-americana e caribenha, ocupam um importante papel nesse momento, pois, a partir da proximidade e criação de blocos e acordos econômicos, há o fortalecimento da economia cubana, além do apoio internacional na questão do embargo econômico imposto pelos EUA. Assim, com a conquista cubana da manutenção de seu regime após esse período, Cuba passa a ser vista por alguns países do sistema internacional como um símbolo de resistência e autodeterminação.

3.3 Os desafios do século XXI (2001-2016)

No começo do século, tem-se início, segundo Ferreira (2015) a chamada “onda rosa”, que se caracteriza pela ascensão ao poder de partidos ditos progressistas e de vertentes esquerdistas em praticamente toda a América Latina. Esses governos, buscam uma maior aproximação e resolução de questões sociais e políticas. Assim, com essas novas perspectivas políticas, tem-se início o chamado Regionalismo Pós-Liberal. Esse processo se caracteriza pela modificação na forma de integração dos países, onde essa passa a abandonar as questões

neoliberais e a focar nas integrações regionais como forma de inserir a região economicamente no cenário internacional.

No início do século XXI, com os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA, onde se tem início a chamada Guerra ao Terror, os estados caribenhos implementam o Regionalismo Pós-Liberal em suas políticas, pois, esses passam a adotar medidas para um aumento de suas autonomias e a não liberalização da economia, onde esses tem como princípio de política internacional a não interferência dos EUA e demais potências na região, além de priorizar questões sociais desses países juntamente com os demais problemas tratados nos blocos.

Nesse sentido, podemos destacar nesse período a criação da ALBA-TCP (2004) e da CELAC (2010), onde essas organizações possuem os princípios do Regionalismo Pós-Liberal e não intervenção de potências, principalmente a norte-americana em questões de âmbito regional.

A criação da ALBA-TCP, ocorre em 2001, durante a III Reunião de Chefes de Estado da AEC, onde o Presidente Hugo Chávez apresenta a proposta como uma forma de integração integral nos setores econômicos, social e político entre os povos da América Latina e Caribe, além de essa se estabelecer como um contraponto a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que contava com forte influência norte-americana. Em 2004 a ALBA-TCP entra em vigor com Cuba e Venezuela como membros, onde a partir de 2006 aderem Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Equador, Granada, Santa Lucia e São Cristóvão e Neves (DOMÍNGUEZ, 2013).

Essa forma de regionalismo e integração proposta pela ALBA-TCP, busca uma maior inserção da região no sistema internacional, de forma independente do imperialismo norte-americano. Nesse sentido, o bloco busca criar projetos e empresas *grannacionais*, onde, a partir dessas, tem-se a integração e o desenvolvimento por meio de fatores regionais, sem a interferência das grandes potências, beneficiando assim as questões sociais. As principais *grannacionais* criadas pela ALBA-TCP se caracterizam por abarcar diferentes áreas, sendo os principais projetos, a Empresa Grannacional Productora de Alimentos; Empresa Grannacional de Energía, Petróleo y Gas; Banco del ALBA; Fondo Cultural del ALBA; Proyecto Grannacional de alfabetización y post alfabetización y Universidad del ALBA, UNIALBA; Empresa Grannacional de Telecomunicaciones ; Empresa Grannacional de productos farmacéuticos; Juegos del ALBA; Consejo Ministerial de la Mujer; Empresa Grannacional de Cemento y Saneamiento y el acceso al agua potable; Turismo social y Universidad de Turismo (DOMÍNGUEZ, 2013)

Dentro da criação da ALBA-TCP, houve a criação do chamado PETROCARIBE em 2005, onde esse se caracteriza como uma plataforma institucional, com o objetivo de coordenar as políticas de energia, incluindo as questões relacionadas ao petróleo, principalmente venezuelano, garantindo assim um uso eficiente e o desenvolvimento das questões energéticas na região (ENRIQUE; SANTAMARÍA, 2015). Segundo Girvan (2014), em 2008, Petrocaribe, se caracterizava como o maior provedor de financiamentos para os países participantes, superando, os fluxos de ajuda de desenvolvimento de grupos como a União Europeia e o BID. Nesse sentido então, a partir da criação da ALBA-TCP, pode-se perceber um maior fluxo de comércio entre os países com maior participação no bloco, Cuba e Venezuela, conforme demonstra a tabela 3.

Na ALBA-TCP, então, pode-se perceber a ideologia bolivariana de integração, por meio da integração regional entre América Latina e Caribe, além da criação de projetos visando a correção de diferenças estruturais entre esses países.

Já na CELAC, criada em 2010 a partir de uma reunião entre a II Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) e XXI Cúpula do Grupo do Rio, onde decidiu-se pela criação de um bloco onde seriam abarcados os trinta e três países componentes da América do Sul, América Central e Caribe, a partir de um novo método de integração. Onde, Raúl Castro, afirmou durante a o encontro II CALC: “estão dadas às condições de avançar para a constituição de uma organização regional puramente latino-americana e caribenha e que represente as 33 nações independentes da América Latina e do Caribe.”²¹

A CELAC, se caracteriza então como um projeto de integração regional e possui como objetivo o avanço dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais dos países membros, a partir da cooperação entre esses. Assim, acredita-se que a CELAC, deverá assinalar-se como o principal órgão internacional para tratar de assuntos da América Latina e Caribe no sistema internacional. Nesse sentido, Cuba possui grande interesse em tal grupo, uma vez que a ilha possui uma grande influência nos países caribenhos, além da intenção dessa de se consolidar como principal potência da região.

Assim, nessa organização, percebemos um contraponto a Organização dos Estados Americanos (OEA), pois, essa não visa a participação de potências na sua estrutura, além de

²¹ Segundo consta em: **Latino-americanos e Caribenhos criam “OEA do B” em Cancún**. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,latino-americanos-e-caribenhos-criam-oea-do-b-em-cancun,514990>>

tentar solucionar os problemas regionais a partir de políticas e propostas conjuntas entre os Estados membros sem a presença e interferência norte-americana.

Durante os anos 2000, um dos momentos mais importantes na política cubana, ocorre com a saída de Fidel Castro do poder em 2006 e com a entrada definitiva de Raúl Castro como líder cubano em 2008, onde esse assume os cargos de Presidente do Conselho de Ministros e Primeiro Secretário do Comitê Central do PCC. Após Raúl assumir o poder, esse passa a adotar políticas econômicas e sociais mais abertas, com o objetivo de fortalecer a economia cubana. Isso ocorre a partir da modificação do setor produtivo para uma esfera não estatal, onde pequenos empresários conquistam uma certa autonomia, esses passam, por exemplo, a contratar força de trabalho de uma forma independente do estado e a receber investimentos estrangeiros.

No entanto, essa mudança ocorre dentro dos princípios socialistas, onde as empresas e cooperativas possuem a manutenção estatal em suas regulações econômicas. Assim, segundo Brito (2014):

“Este setor deverá conviver com o setor estatal ainda majoritário, onde as empresas estatais devem passar por readequações organizativas visando alcançar maiores níveis de eficiência econômica, competitividade, bem como maior autonomia de gestão mediante a descentralização das decisões.” (BRITO, 2014. P.111)

Assim, essa transição econômica se caracteriza pela adoção de diferentes formas de gestão, onde o Estado passa a não se responsabilizar de forma integral pela funcionalidade de pequenas empresas.

Entre uma das primeiras ações de Raúl no poder, como forma de atualizar o sistema interno cubano, esse convoca após treze anos o VI Congresso do Partido Comunista Cubano em 2009, onde esses discutem mudanças no sistema econômico e social cubano, assim, esses delimitam ao final do Congresso em 2011 o documento chamado de *Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*.

Com o bloqueio imposto pelos EUA, a política externa cubana se caracteriza pela busca de novos parceiros e maneiras de inserção internacional. Perante as relações bilaterais entre Cuba e os países caribenhos, podemos destacar a aproximação por meio da chamada cooperação sul-sul, onde essa cooperação tem por objetivo atender os interesses e suprir as necessidades em diversos âmbitos, segundo o *Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe*:

“La Cooperación Sur-Sur (CSS) está basada en relaciones directas y horizontales entre países que enfrentan problemas comunes y que tienen como propósito superar, a partir de esfuerzos conjuntos, los desafíos del desarrollo. La Cooperación Sur-Sur promueve el desarrollo pleno de nuestros países, a través de mecanismos como: el intercambio comercial, el intercambio de experiencias exitosas, y la inclusión. La CSS y Triangular, y en consecuencia los proyectos que en esta materia se instrumentan en América Latina y el Caribe se caracterizan por sus principios básicos de solidaridad, complementariedad, igualdad, no condicionalidad y respeto de la soberanía.”²² (QUÉ ES LA COOPERACIÓN SUR-SUR. S/I)

Assim, percebe-se que as relações entre Cuba e os países do Caribe se dá fortemente a partir da Cooperação Sul-Sul, pois, a partir dessa acredita-se que os países menores contribuem de forma igualitária nas relações entre esses. Essas relações com o Caribe, possuem força desde os anos 1970, onde Cuba priorizava as relações bilaterais por motivos ideológicos.

No aspecto da Cooperação Sul-Sul, Cuba compartilha de setores como saúde, educação e esportes. Podemos destacar a área da saúde, onde Cuba envia uma grande quantidade de médicos para os países vizinhos, de forma a colaborar para diversas questões como a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), por exemplo, quando essa juntamente com o CARICOM, criou um centro das nações, onde se formam especialistas para tratar de tal doença, além do oferecimento de bolsas de estudos para especializações referentes à doença. Além do Plan Integral Salud (PIS), projeto criado para socorrer os países caribenhos em situações de risco, como desastres naturais, além de questões como narcotráfico e migrações, por exemplo, através do envio de médicos cubanos para esses países.

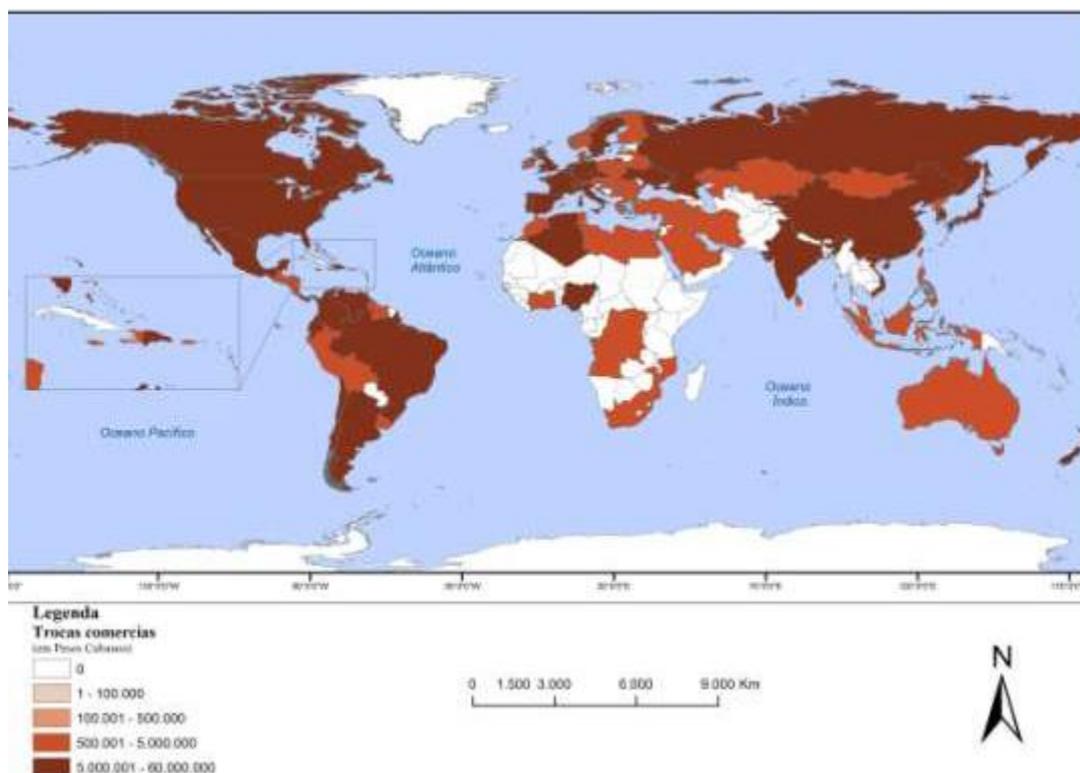
Essas medidas de integração regional, a partir dos princípios bolivarianos se apresentam de forma a transmitir unidade entre esses países perante a fenômenos internacionais, por meio de suas políticas externas, assim as declarações de acordos e reuniões transmitidas pelos Ministérios de Relações Exteriores, são comunicadas de forma a enaltecer tais relações, fortalecendo a imagem unitária perante o sistema internacional.

Em relação ao comércio cubano com os demais países do sistema internacional, esse período se caracteriza como o momento em que essas relações se dão em maior volume, como

²²“A Cooperação Sul-Sul (CSS) está baseada em relações diretas e horizontais entre países que enfrentam problemas comuns e que possuem como propósito superar, a partir de esforços conjuntos, os desafios do desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul promove o desenvolvimento pleno de nossos países, através de mecanismos como: o intercâmbio comercial, o intercâmbio de experiências bem-sucedidas e a inclusão. A CSS é triangular, e portanto, os projetos realizados nesta área na América Latina e Caribe se caracterizam por seus princípios básicos de solidariedade, complementariedade, igualdade, não-condicionalidade e respeito à soberania”. (Tradução nossa).

pode-se analisar no mapa, essas relações comparadas com o período dos anos 1990²³, aumenta de forma significativa.

Mapa 3 – Comércio Exterior Cubano (1997-2013)



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística e Información de La Republica de Cuba*. Elaborado por Ludmila Losada (2016).²⁴

Nesse período pode-se perceber um aumento nas relações com os países da América Latina e Caribenhos, essa aproximação deve-se aos processos de integração, assim, a partir da tabela 04, percebe-se o aumento desses números ao decorrer dos anos na região. Assim, as relações com América Latina e Caribe, se caracterizam de extrema importância para Cuba, pois, esses ao longo da história devido à proximidade geográfica, histórica e econômica, tornaram-se importantes parceiros comerciais e de integração econômica. Ao longo da história da política externa cubana, essa se caracteriza pela solidariedade e expansão de questões sociais, a região caribenha, devido as necessidades em relação à saúde e educação, tornam-se um importante aliado cubano na diplomacia comercial e exportação de serviços oferecida por essa.

²³ Para tal comparação, verificar o Mapa 2.

²⁴ Mapa retirado de: “BALARDIM, Rafael. **Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016)**. 2016. 207f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2016.”

Portanto, apesar das diversas adversidades enfrentadas por Cuba ao longo de sua história, essa se manteve no sistema internacional de forma importante para seus aliados exportando questões relacionadas a revolução como educação e saúde, de forma a contribuir para o crescimento da região caribenha no sistema internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cuba, ao longo de sua história enfrenta dificuldades para se consolidar no sistema internacional. Juntamente com os demais países da região caribenha, essa enfrenta longos anos de colonização e neocolonização das principais potências, principalmente Espanha e EUA. Assim, somente após o triunfo da Revolução, essa passa a atuar de forma soberana interna e externamente.

A partir da declaração da Revolução e da chegada de Fidel ao poder, os EUA passam a adotar medidas de forma a deslegitimar o governo, uma vez que esse declara seu cunho nacionalista e anti-imperialista, no entanto, as atitudes norte-americanas levaram a uma aproximação de Cuba com a URSS, onde essa declara o caráter socialista da revolução e em meio a Guerra Fria, torna-se parceiro comercial, militar e econômico da URSS.

Desde sua chegada ao poder, Fidel Castro declarou o caráter terceiro-mundista da revolução, onde esse busca apoio e parceria com os demais países do Terceiro Mundo. Durante os anos 1960 e 1970, essa atua de forma importante nos processos de descolonização africanos, onde, Cuba envia auxílio militar e técnico, o que garante assim a sua projeção internacional, além de um importante papel no cenário internacional.

Apesar da forte influência soviética e de se tratar do principal parceiro cubano, Cuba busca por meio de sua política externa diversificar suas relações no sistema internacional. Assim, a partir dos anos 1960, essa estabelece relações diplomáticas com diversos países asiáticos, além de se tornar membro do MNA.

Nos anos 1970, a política externa cubana se caracteriza pela chamada exportação da Revolução, onde essa adota a política de apoio a descolonização afro-asiáticas. Na região do Caribe, esse período se caracteriza como um dos principais nas relações entre esses, uma vez que a partir de 1972, Cuba começa a estabelecer relações diplomáticas com países da região e a partir de 1975, as relações tornam-se de maior importância, uma vez que se estabelecem maiores fluxos de comércio.

“Se caracterizó por una ampliación de la proyección cubana en la región. En esa etapa Cuba sostuvo contactos y vínculos con la mayoría de los países caribeños; se expandió la cooperación económica e científico-técnica y se vigorizaron los intercambios comerciales; se abrieron embajadas en Jamaica y Guyana así como una oficina comercial en Kingston que controlaría todo el flujo comercial de Cuba con la región; e institucionalmente se reforzaron los aparatos de

atención al Caribe del Partido Comunista de Cuba y del Ministerio de Relaciones Exteriores.”²⁵ (REINOSA, 2005, p. 05).

Nos anos 1980, com a chegada de Ronald Reagan ao governo dos EUA, esse introduz uma política de combate ao socialismo e retomada do conflito leste-oeste. Nesse sentido, Cuba torna-se um dos principais alvos, devido a sua posição estratégica na região. Assim, essa de maneira a continuar sua influência internacional, começa a exportar questões relacionadas a saúde e educação, uma vez que a URSS, devido a intensificação do conflito, diminui sua influência e participação no comércio cubano.

Com a queda da URSS e a perda do principal parceiro comercial e militar, além da ascensão dos EUA como única potência no sistema internacional, o governo cubano enfrenta uma crise interna devido a diminuição dos recursos e produtos importados da União Soviética, além de uma crise externa devido ao bloqueio imposto pelos EUA.

Nesse período dos anos 1990, tem-se início o chamado “Período Especial”, onde devido as crises existentes pelo fim da URSS, Cuba necessita modificar suas políticas interna e externa. Na questão interna, o governo passa a adotar medidas de maneira a diversificar a economia, onde, a partir de pequenas aberturas para capital estrangeiro no comércio, entre outras medidas, há um aumento nos investimentos e conseqüentemente uma melhora na economia.

Na política externa, nesse período Cuba busca novos parceiros, nesse sentido, o governo inicia cooperação com demais países do sistema internacional, onde esse exporta serviços relacionados a educação e saúde para diversas regiões, conseguindo assim ampliar suas parcerias internacionais.

Com a região do Caribe, esse período se caracteriza pela integração entre esses, em 1994, tem-se a criação da AEC, onde Cuba atua como país fundador. Além da criação da AEC, nesse período ocorre a ampliação das relações com a CARICOM, e em 1998 torna-se membro da ALADI. Esses processos de integração na região Latino Americana e Caribenha, tornam-se de suma importância para Cuba, uma vez, que a política de integração bolivariana adotada por

²⁵“Se caracterizou como uma ampliação da projeção cubana na região. Nesta etapa Cuba manteve contato e vínculo com a maioria dos países caribenhos; se expandiu a cooperação econômica e técnico-científica e vigoraram os acordos comerciais. Houve a abertura de embaixadas na Jamaica e Guiana assim como uma oficina comercial em Kingston, que controlaria todo o fluxo comercial de Cuba com a região; e institucionalmente se reforçaram os aparatos de atenção ao Caribe do Partido Comunista de Cuba e do Ministro das Relações Exteriores.” (Tradução Nossa).

Cuba, se contrapõe com a política neoliberal adotada na região. Assim, o governo cubano, por meio de integração, exporta os conceitos da Revolução na região.

A partir do fortalecimento das relações de Cuba com a América Latina e Caribe, além da manutenção das relações com a União Europeia, China e África, entre outros países, Cuba inicia uma campanha nos organismos multilaterais, de forma a denunciar e assim, com a tentativa de acabar com o bloqueio norte-americano imposto a ilha. Assim, essa recebe um número significativo de países que apoiam o fim do embargo e condenam a política norte-americana para a ilha.

Na região do Caribe, essas relações tornam-se de extrema importância para Cuba, uma vez que essas se caracterizam como parcerias estratégicas, por meio dos blocos de integração e da importância que Cuba ocupa na região. A partir dos anos 1990, a maioria dos países caribenhos estabelecem relações diplomáticas com Cuba, onde em 2008, pela primeira vez desde 1959, Cuba passa a estabelecer relações com os 33 países independentes da América Latina e Caribe.

Nesse sentido, a CARICOM, se caracteriza como o primeiro bloco com o qual Cuba estabelece relações na América Latina. Essas relações se caracterizam principalmente de forma bilateral entre Cuba e os países membros da CARICOM, desde 2002, são celebradas as Cumbres CARICOM-Cuba, onde se discutem questões de extrema importância para a região. Entre as questões tratadas, podem-se destacar as relacionadas a saúde e educação, uma vez que Cuba se caracteriza como grande investidor e exportador desse setor. Segundo dados da V Cumbre CARICOM-Cuba realizada em 2014, Cuba colabora com o envio de 1538 trabalhadores cubanos para países da CARICOM, sendo que desses, 1357 atuam na área da saúde, no setor da educação, essa colabora com a formação de 5432 caribenhos nas instituições cubanas.

Com a AEC, essas relações tornam-se de extrema importância, uma vez que Cuba atua como um dos Estados fundadores do bloco. Esse se caracteriza de extrema importância na questão comercial, pois, visa acordos de forma a dinamizar o comércio entre membros, diminuindo assim, a dependência desses da comercialização com as grandes potências.

A ALBA-TCP, torna-se importante para Cuba, uma vez que essa abrange as relações para a América Latina, além do Caribe. Essa para Cuba propõe relações com países de forte identificação ideológica como Venezuela, Bolívia e Equador, assim, esse bloco atua fortemente sob os preceitos bolivarianos e como um contraponto a política neoliberal da região. Assim,

essa colabora principalmente no comércio da área energética, setor esse que se torna de grande valor na busca a alternativas imperialistas.

Dentre os blocos integracionistas tratados aqui, a CELAC se caracteriza como uma vitória cubana, uma vez que essa se caracteriza como um contraponto à OEA, onde o governo cubano busca sua reinserção, pois, essa atua como um instrumento de pressão norte-americano para Cuba. Assim, a formação de um bloco formado por todos os países da América, com exceção de EUA e Canadá, faz com que Cuba possua uma forte influência política na região.

Esses processos de integração, juntamente com a Cooperação Sul-Sul, se caracterizam como uma forma de Cuba se inserir no sistema internacional, uma vez, que se relacionando e cooperando com questões relacionadas a educação e saúde, Cuba exporta seu sistema bolivariano para o resto dos países.

Nos últimos anos, essa aproximação cubana com os demais países do sistema internacional, tem ocorrido de forma significativa, onde percebe-se uma maior presença cubana nos países, assim, como maiores investimentos no território cubano. Na América Latina, percebe-se uma maior participação do Brasil e Venezuela nessas relações. No Brasil, Cuba atua fortemente na questão da saúde com o envio de médicos por meio de um acordo firmado entre os dois países, em contraponto, o Brasil, investiu na construção do Porto de Mariel. Com a Venezuela, no entanto, percebe-se uma proximidade por meio de questões ideológicas, além de grandes investimentos na área energética.

Com o investimento dos demais países em território cubano, principalmente na construção de hotéis, por meio de iniciativas conjuntas de empresas privadas internacionais e o governo cubano, o setor turístico de Cuba tem aumentado de forma significativa.

Apesar do aumento significativo dos investimentos estrangeiros e da diversificação das relações cubanas com o sistema internacional, o embargo econômico imposto pelos EUA, interferem de forma significativa na economia cubana, uma vez que muitos investimentos não chegam a ilha, o que prejudica o desenvolvimento em alguns setores cubanos. O reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, são de extrema importância para a inserção cubana, no entanto, essas ainda necessitam aprimorar-se de forma a trazer resultados significativos para Cuba.

A política externa cubana se caracteriza pela adaptação as mudanças do sistema internacional, de forma a não permitir o isolamento cubano, construindo assim a manutenção cubana nesse sistema. No entanto, essa nunca deixou de seguir seus princípios anti-imperialistas

e terceiro-mundistas, buscando alternativas de forma a auxiliar os países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, os investimentos cubanos em saúde e educação, se caracterizam como uma das principais formas da exportação do sistema terceiro-mundista cubano para os demais países.

Portanto, a análise dos fatores que formaram a política externa cubana e as relações dessa com os países caribenhos, nos permitiu chegar as conclusões acima expostas de que tais relações tornam-se de extrema importância para a manutenção cubana no sistema internacional. Uma vez que, por meio, dos blocos integracionistas e da cooperação sul-sul, o governo cubano participa ativamente de resoluções, reuniões e encontros internacionais, contribuindo assim para a sua inserção internacional.

5 REFERÊNCIAS

ARCE, Anatólio. M. Johnson, Guillermo. A. Silva, Marcos A. A política externa cubana nos anos 90: condicionantes internos e inserção internacional. In: **Rev. Sociologia. Política.**, v. 22, n. 49, p. 99-112, mar. 2014.

AUGUST, Arnold. **Cuba y sus vecinos: democracia em movimento.** Editorial de Ciencias Sociales. Habana, 2014.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana.** São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BALARDIM, Rafael. **Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016).** 2016. 207f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2016.

BANDEIRA, Luiz A. M. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina.** Civilização Brasileira, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2009.

BENÍTEZ, Pável. La proyección externa de la revolución cubana en el poder, en sus relaciones con América Latina y el Caribe, en el período de 1959-1961. In: Contextualizaciones Latinoamericanas. Ano. 4, n. 6, jan-jun, 2012. Disponível em: <http://www.revistascientificas.udg.mx/index.php/CL/article/view/2831> Acesso em: 27 de julho de 2016.

BIAZETTO, Bruno H. **A Insurreição no meu Quintal: processo decisório e percepção da diplomacia norte-americana durante a revolução cubana (1958-1960).** Porto Alegre, 2008. Disponível em: < <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3946>> Acesso em: 12 de setembro de 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decênio 1998-2008.** 1ª ed. Buenos Aires. Siglo Veintiuno Editores, 2010.

BRITO, Julian Araujo. **Cuba em transformação: regime político e o contexto da “atualização do modelo econômico e social”.** In. V Simpósio de Lutas Sociais na América Latina. Londrina. 2013. P. 109-124. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/88784>> Acessado em: 12 de abril de 2016.

BUSTOS, Fernando Daniel. **La Revolución Cubana.** Editorial Histórica. Disponível em: < <http://studylib.es/doc/6024581/la-revoluci%C3%B3n-cubana---editorial-hist%C3%B3rica>> Acesso em: 23 de setembro de 2016.

CARBONE, Valeria L. Cuando la Guerra Fría llegó a América Latina... La política exterior norteamericana hacia Latinoamérica durante las presidencias de Eisenhower y Kennedy (1953-1963). Centro Argentino de Estudios Internacionales. 2006. Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/sites/default/files/historia08.pdf>>. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

CARDOZO, Gustavo. **Cuba en la política exterior China**. Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales. Working Paper Programa Asia-Pacífico nº 024. 2006. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/sites/default/files/24_1.pdf> Acesso em: 02 de abril de 2017.

CHAMERO, Olga. **Las Relaciones de la República de Cuba con los países de la región de Asia- Pacífico**. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/ChameroTriasOlga.pdf>> Acesso em: 11 de abril de 2017

COLL, Armando L. **La Comunidad del Caribe (CARICOM) en la encrucijada**. Centro de Investigaciones de Economía Internacional. Habana, 2000.

COLOMBO, Roselena Leal. Cuba pós-colapso do Leste Europeu: um debate necessário. In: **História e luta de classes**. p. 72-85. Março, 2006.

CONTRERAS, Gerardo. Del Triunfo De La Revolución Cubana A La Asamblea General De La O.E.A. En San Pedro Sula. Revista Estudios. Nº 25. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5466866>> Acesso em: 25 de julho de 2016.

CORAZZA, Gentil. **O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização**. Ensaios FREE, Porto Alegre, v.27, n.1, p. 135-152, maio 2006. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2114/2496>> Acessado em: 11 de maio de 2016.

CORDOVÍ, Juan T., EGOZCUE, Jorge M.S. Um panorama actual de la Economía Cubana, las transformaciones en curso y sus retos perspectivas. Real Instituto Elcano, 2008. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/DT31-2008> Acesso em: 29 de junho de 2017.

CUBA. Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución, 2011. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/folletolineamientos-vi-cong.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, a su llegada a La Habana, en Ciudad Libertad, el 8 de enero de 1959**. Disponível em:

<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080159e.html> Acesso em: 8 de agosto de 2016.

DOMÍNGUEZ, Dania D. El ALBA: um proyecto de integración justo. In: Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina. 2013. Disponível em: www.revflacso.uh.cu Acesso em: 13 de agosto de 2016

DOMINGOS, Charles S. M. 50 Anos da Crise dos Mísseis: horror nuclear em tempos presentes. In: *Historiae*, Rio Grande. Vol. 4, n. 2. 2013. P. 79-90. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/95156>> Acesso em: 05 de outubro de 2016.

DUARTE, Fernanda da Rosa. **A Revolução Cubana e a busca pela democracia em Cuba**. Florianópolis, 2013. Disponível em:< <http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/Monografia-da-Fernanda-da-Rosa-Duarte.pdf>> Acesso em: 24 de julho de 2016.

ENRIQUE, Abel. SANTAMARÍA, González. **Los desafíos de la integración en América Latina y el Caribe**. Casa Editora Abril. Habana, 2016.

ESTENSSORO, Luis E. R. **O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA): Integração e Relações Internacionais (1975-1991)**. São Paulo, 1994. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-16082011-100208/pt-br.php>> Acesso em: 01 de julho de 2016.

ESTEVES, T. de J. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 172-202, jul.-dez. 2008.

ESTÉVEZ, Rolando A. PASCUAL, Marta. G. **Cuba em el Caribe y el Caribe em Cuba**. Fundación Fernando Ortiz. 2011.

FARIAS, Déborah B. L. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. In: **Rev. Bras. Polít. Int.** 51 (1): 105-122 [2008] Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 13 de abril de 2016.

FERREIRA, Guilherme A. G. **O regionalismo pós-liberal e o resgate da agenda do desenvolvimento**. III Semana de Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. 2015. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Guilherme-Augusto-Guimar%C3%A3es-Ferreira.pdf>> Acessado em: 20 de abril de 2016.

FRANCIS, Emlynn. El impacto de la cooperación médica de Cuba con la Caricom: enfoque especial en Santa Lucía y Dominica. In: **El Caribe, sus islas y el difícil camino de**

independencia, identidad e integración. Coordinado por: Jacqueline Laguardia Martínez. Ruth Casa Editorial, Habana, 2014.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana.** Companhia das Letras, 4ª ed. São Paulo, 2007.

FURTAK, Robert, K. Cuba: un cuarto de siglo de política exterior revolucionaria. In: **Foro Internacional**, vol. 25, n. 04. Abril-Junho 1985. P. 343-361. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27738011?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 06 de novembro de 2015.

GAMA, Carlos. F. P. S. A abertura de Cuba e transformações da ordem internacional. In: **Em Debate**, Belo Horizonte, v.7, n.4, p. 34-41, set. 2015.

HARNECKER, Marta. **Fidel. A estratégia política da vitória.** Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2000.

HERRERA, Rémy; Nakatani, Paulo. A dolarização cubana. Elementos de reflexão para uma desdolarização. In: **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**, vol. IX, n. 2, julho-dezembro, 2013, P. 277-296. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36490214> Acesso em: 02 de abril de 2017.

LÉVESQUE, Jacques. La Unión Soviética y Cuba: Una relación especial. In: **Foro internacional**, vol. 18, n. 2. Oct.-Dec. 1977. P. 219-242. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27737311?seq=1#page_scan_tab_contents Acesso em: 02 de abril de 2017.

LOWE, Michele A. M. Integración Caricom-Cuba: las iniciativas de comercio y cooperación económica en el marco de una Caricom más amplia. In: **El Caribe, sus islas y el difícil camino de independencia, identidad e integración.** Coordinado por: Jacqueline Laguardia Martínez. Ruth Casa Editorial, Habana, 2014.

MARTÍNEZ Alfonso, Laneydi. **La Comunidad del Caribe (CARICOM) en el contexto de un nuevo regionalismo latinoamericano (2001-2012): cambios, desafíos y oportunidades.** CLACSO. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131015060449/martinezalfonso.pdf>> Acessado em 05 de abril de 2017.

MESA-LAGO, Carmelo. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. In: **América latina hoy: Revista de ciencias sociales**, vol. 18. P. 19-34. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1465767>> Acesso em: 30 de junho de 2017.

_____. La dolarización de la economía cubana. **Revista Estudios Internacionales**. Santiago, v.27, n.107-108, p.375-388, 1994.

MONTENEGRO, Marúcia C. **A Cooperação Internacional para a América Central e Caribe: uma estratégia geopolítica**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/1148?mode=full>> Acesso em: 24 de julho de 2016.

NOHLEN, Dieter; STAHL, Karin. El Curso del Cambio de Rumbo de Cuba. Un Balance del Desarrollo Económico, Social e Político. *Revista de estudios políticos*, nº 67. Enero-Marzo, 1990.

NÚÑEZ, Gerardo González. La integración de Cuba en el Caribe. Una valoración empresarial. **Revista Nueva Sociedad**. Caracas, nº 151, p.1-12, sep.-oct, 1997. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/2632_1.pdf Acesso em: 02 de abril de 2017.

_____. **Palabras De Fidel Castro Ruz Momentos Antes De Partir Hacia El Cuartel Moncada, 26 Junio 1953**. Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/palabras-de-fidel-castro-ruz-momentos-antes-de-partir-hacia-el-cuartel-moncada-26-julio> Acesso em: 8 de agosto de 2016.

PATTERSON, David, S. Editorial Note. In: **Foreign Relations of the United States, 1961-1963. Vol. XI Cuban Missile Crisis and After Math**. United States Government Printing Office. Washington, 1996. Electronic Edition, 2013.

POSADA, Edgar V. Espacios regionales de integración en el Gran Caribe. In: **Lecciones sobre el Gran Caribe**. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. Bogotá, 2009.

POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais**. Editora Vozes, 2009

_____. **Raúl Castro en la Cumbre Caricom-Cuba: Los desafíos del siglo XXI nos obligan a unirnos**. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/12/08/raul-castro-en-la-cumbre-caricom-cuba-los-desafios-del-siglo-xxi-nos-obligan-a-unirnos/#.WT5bxevyIU> Acesso em: 08 de agosto de 2016.

REINOSA, Milagros Martínez. **El Caribe em la Política Exterior Cubana**. Cátedras de Estudios del Caribe, Universidad de La Habana. Habana [2005].

ROMERO, Antonio. **Cuba, su política exterior y la nueva arquitectura de gobernanza regional en América Latina y el Caribe**. 2015. Disponível em: <http://www.cries.org/wpcontent/uploads/2015/12/010-romero.pdf> Acesso em

_____. La Integración Económica em el Caribe. Experiencias y desafíos recientes de la CARICOM. In: **El regionalismo post-liberal en América Latina y Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. CRIES. Buenos Aires, 2012.

SANTORO, Maurício. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 53. p. 130-140. 2010

SILVA, Augusto Santos. América Latina, el Caribe y Europa. Política, cultura e economía. In: **Política Internacional Revista Semestral**. Habana. Enero-Junio, 2016.

SILVA, Marcos Antônio da; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **A revolução cubana e o Caribe: integração e diplomacia social**. Intellector. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2012-17/silvajohnson-2012-17.pdf>> Acessado em: 11 de abril de 2016.

_____. **Cuba e a Reinserção Internacional no Século 21: em busca de novos parceiros**. Editora Unijuí. Ijuí. 2013. Disponível em:<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/553>> Acessado em: 12 de abril de 2016.

SECRETARIA DE LA ASOCIACIÓN DE ESTADOS DEL CARIBE. **Las Tendencias Principales Del Comercio, Política Comercial E Integración En El Gran Caribe**. Cepal, 2003. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/14555/g0756s.pdf>> Acesso em: 19 de maio de 2017.

TEIXEIRA, Rodrigo A. NETO, Walter A.D. **A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano**. IPEA. Brasília, 2012.

VASCONCELOS, Laura E. **A cooperação cubana para o desenvolvimento: a história versus o modismo**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://labmundo.org/2014/wp-content/uploads/2013/10/VASCONCELOS_mono_2013.pdf> Acesso em: 14 de abril de 2017.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra P. **O Regionalismo Pós-Liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. CEPAL. Santiago do Chile. 2007. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4428/S2007612_pt.pdf?sequence=1> Acessado em: 15 de abril de 2016.

ANEXOS

Tabela 1 – Desempenho da economia cubana, 1989-1995 (em milhões de pesos)

INDICADORES PRODUTOS	1989	1992	1993	1994	1995	1993 % variação com relação a 1989	1994 % variação com relação a 1989	1995 % variação com relação a 1989
Açúcar (toneladas)	8121	7030	4380	4000	3300	-47	-51	-59
Cítricos (toneladas)	1015	787	644	505	563	-37	-50	-44
Tabaco (toneladas)	42	30	12,60	17,70	25,10	-68	-58	-40
Gado (cabeças per capita)	0,49	0,46	0,45	0,42	0,41	-8	-14	-16
Arroz (toneladas)	532	358	177	226	223	-67	-58	-58
Ovos (milhões de unidades)	2672	2331	1512	1561	1414	-43	-42	-47
Peixes (toneladas)	192		93,5	94,1	106,5		-51	-44
Níquel (toneladas)	46,6	32,5	30,2	26,8	42,7	-35	-42	-10
Azeite (m3)	718	882	1107	1299	1471	54	81	104
Gás natural (milhões de m3)	33,6		23		16	-32		-52
Eletricidade (bilhões de Kwh)	15,5	11,50	11	12	12,40	-29	-22	-20
Aço (toneladas)	314		90,5	149	201	-71	-51	-36

Cimento (toneladas)	3759	1100	1061	1067	1400	-72	-72	-63
Fertilizantes (toneladas)	899		236	218	251	-81	-76	-72

Fonte: Mesa-Lago (1998, p. 25).

Tabela 2: AEC: exportações por principais destinos, 1990-2001 (milhões de dólares correntes)

AEC	Total AEC	Grupo dos três				Outros			União Europeia	Estados Unidos	Resto do mundo	Total mundo
		Total	Mex	Col	Ven	MCCA	CARICOM	AEC				
1990	6481	1409	371	558	480	1647	1169	2256	12090	37234	11532	67337
1991	6715	1598	363	596	640	1586	1165	2366	11263	35931	12475	66384
1992	7 509	2165	470	827	868	2 151	1 446	1747	10 465	55 028	11 616	84 618
1993	8533	2705	524	1212	969	2466	1484	1878	9177	62129	12339	92178
1994	10090	3068	545	1593	929	2843	2058	2121	11011	71321	13041	105463
1995	11317	4128	432	2189	1506	3299	1776	2114	12860	89107	18359	131643
1996	13461	3819	485	1830	1504	3703	1832	4107	13207	108634	18168	153470
1997	15279	4979	761	2016	2203	4566	1735	3999	13115	122536	19369	170299
1998	15773	4750	652	2073	2024	5242	1796	3985	12567	127048	16394	171782
1999	15074	3566	753	1231	1582	5250	1912	4346	12220	150342	17630	195266
2000	19099	4079	816	1399	1863	5562	2037	7421	13011	163475	16011	211617
2001	22345	4470	1085	585	2800	6720	2974	8181	14560	182944	17918	236820

Fonte: CEPAL. (Tradução nossa).

Tabela 3: Comércio entre Cuba e Venezuela 2001-2013

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Comércio Total	3.554	744.748	875.714	1.509.776	2.265.191	2.641.210	2.693.639	4.887.004	3.135.490	6.018.601	8.175.184	8.562.849	7.067.299
Exportações	21.890	19.369	191.608	367.036	401.540	408.787	450.397	413.781	527.849	1.716.739	2.273.109	2.483.951	2.265.550
Importações	951.522	725.379	684.106	1.142.740	1.863.651	2.232.423	2.243.242	4.473.223	2.607.641	4.301.862	5.902.075	6.078.898	4.801.749

Fonte: Oficina Nacional de Estatística e Informação (ONEI).

Tabela 4: Intercambio comercial de mercancías por países seleccionados y áreas geográficas.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
América	2.630.128	2.525.780	2.186.765	2.632.961	3.852.516	4.885.194	5.515.126	6.250.292	9.450.137	6.083.009	8.928.598	#####	#####
Antigua e Barbuda	937	13	11	7	260	
Antillas Holandesas	28.087	14.270	4.570	46.799	80.036	31.828	4.976	5.425	65.394	59.277	42.055	178.963	90.093
Argentina	77.184	80.517	40.752	44.592	117.808	160.884	115.668	150.407	140.021	144.804	146.812	167.154	133.930
Bahamas	62.074	11.170	10.076	22.335	2.924	
Bermudas	-	470	759	996	1.248	
Bolivia	713	720	517	392	273	850	59.306	10.330	18.224	7.215	4.464	13.134	2.481
Brasil	151.390	164.578	117.558	128.026	223.318	352.202	453.011	446.380	641.820	570.964	502.198	725.932	756.230
Canadá	589.019	592.388	455.131	506.940	754.986	777.796	896.985	1.399.689	1.412.400	741.328	935.422	1.197.428	938.294
Chile	45.297	43.999	47.400	58.184	77.955	62.693	57.845	77.898	83.836	57.173	51.796	63.431	42.605
Colômbia	104.097	37.725	80.987	103.933	61.845	88.156	65.287	85.129	86.167	57.246	55.751	93.958	66.959
Costa Rica	14.342	13.388	13.866	19.750	22.812	20.811	12.018	21.211	52.277	21.618	17.602	31.838	40.975
Dominica	234	16	220	52	86	
Equador	11.126	11.593	9.009	8.524	11.119	13.854	15.587	17.515	21.572	19.173	17.751	23.749	36.825
EUA	...	4.414	173.615	327.252	443.900	476.311	483.591	581.657	962.767	598.212	406.203	434.383	509.047
El Salvador	1.357	1.134	1.967	1.657	5.093	5.240	8.217	10.391	15.004	8.901	5.921	11.302	7.614
Guadalupe	928	986	1.342	2.479	1.042	
Guatemala	11.014	18.701	14.328	20.399	26.837	16.049	20.682	24.976	38.767	15.517	17.134	21.296	20.629
Guyana	1.447	1.381	1.020	1.178	275	976	1.800	927	2.821	3.146	1.482	1.392	80
Haití	13.707	12.086	15.358	12.010	12.538	14.410	14.364	23.825	26.080	15.005	27.484	24.774	18.680
Honduras	5.534	5.582	2.590	5.473	3.749	5.585	12.149	17.814	20.101	8.469	9.535	17.478	15.602
Ilhas Caimán	2.422	1.732	1.963	3.105	2.345	
Ilhas Virgens	377	397	701	20	530	
Jamaica	6.410	8.683	8.302	13.368	7.757	6.485	10.324	18.795	32.882	9.985	7.807	14.358	6.120
Martinica	1.082	1.613	1.968	1.140	3.480	
México	337.815	315.955	229.352	236.293	266.213	289.517	274.361	219.678	383.304	337.280	377.971	474.261	510.611
Nicarágua	4.723	4.147	3.915	2.114	1.325	1.379	2.487	8.862	8.599	5.437	4.183	6.970	3.410
Panamá	22.490	23.496	19.304	21.131	25.102	26.660	43.807	71.095	145.598	82.548	72.682	94.256	186.956
Peru	3.665	4.634	2.074	4.121	4.502	6.029	6.822	6.844	11.478	18.845	14.233	19.256	17.847
Porto Rico	88	418	842	938	1.235	
Venezuela	912.409	3.554	744.748	875.714	1.509.776	2.265.191	2.641.210	2.693.639	4.887.004	3.135.490	6.018.601	8.175.184	8.562.849
República Dominicana	40.726	973.412	50.790	47.725	55.735	62.661	63.962	83.597	129.067	55.123	68.278	83.071	131.202
Suriname	125	1.881	1.614	2.840	2.668	2.388	3.017	3.001
Trinidad e Tobago	36.621	41.403	41.064	35.204	29.073	26.554	77.601	30.637	52.623	34.326	35.866	45.112	47.704
Turcas e Caicos	575	23.849	492	608	593	
Uruguai	7.236	513	8.269	1.945	8.704	32.540	37.051	56.910	68.917	50.227	57.856	67.196	51.435
Outros	134.835	106.843	81.905	78.557	88.042	140.408	134.134	185.047	140.574	23.032	27.123	21.175	12.854

Fonte: Oficina Nacional de Estatística e Informação (ONEI).